

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

LAISA ZATTI RAMIREZ DUQUE

**AS RESISTÊNCIAS DO QUILOMBO DOS ALPES
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES
DE MULHERES**

PORTO ALEGRE

2019

LAISA ZATTI RAMIREZ DUQUE

**AS RESISTÊNCIAS DO QUILOMBO DOS ALPES:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES
DE MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Claudia Luisa Zeferino Pires.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Duque , Laisa Zatti Ramirez
AS RESISTÊNCIAS DO QUILOMBO DOS ALPES: UMA ANÁLISE
A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES DE
MULHERES / Laisa Zatti Ramirez Duque . -- 2019.
61 f.
Orientadora: Claudia Luisa Zeferino PIREZ.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Quilombo dos Alpes. 2. Quilombo Urbano. 3.
Território. 4. Corpo-Território. 5. Direito à Cidade.
I. PIREZ, Claudia Luisa Zeferino, orient. II. Título.

LAISA ZATTI RAMIREZ DUQUE

**AS RESISTÊNCIAS DO QUILOMBO DOS ALPES:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES
DE MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em Geografia
pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovado em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Me. Daniele Machado Vieira

Geógrafa. Lara Machado Bitencourt

AGRADECIMENTOS

À universidade pública que proporcionou a minha graduação superior e aos brasileiros que financiam estas instituições, os pesquisadores e as pesquisas que de qualidade retornam à sociedade. À assistência estudantil que me manteve na universidade. À infraestrutura do instituto de Geociências e aos pesquisadores e professores que me orientaram, sem vocês não desenvolveria as habilidades que me tornaram geógrafa.

Obrigada a todos que sempre me perguntaram “o que o geógrafo faz?”, pois cada vez que tinha que responder me apaixonava ainda mais pela profissão. Aos meus familiares que sempre me ouviam contar com entusiasmo sobre a importância da extensão e pesquisa que realizava no NEGA e o que elas significam: vontade de fazer a diferença. Então, obrigada aos meus amigos NegaAtivos pelas conversas e a construção de uma sociedade e vida mais justa para as pessoas. Aos Quilombos de Porto Alegre que me proporcionaram e proporcionam muito aprendizado; principalmente, ao Quilombo dos Alpes por me deixar realizar este trabalho e sempre me receber com muito carinho.

Aos meus colegas e amigos de graduação que sempre me trataram com muita amabilidade e respeito, vos digo, que façamos um mundo mais justo! Que façamos a nossa geografia servir para alguém, e que esse alguém, seja multiplicador de felicidades. Queridos, obrigada por todas as conversas que me tornaram a geógrafa que sou hoje. Em especial, gostaria de agradecer a Janaína, o Neemias, a Carina, o Samuel, a Thaise e a Rafaela pelo apoio emocional; o Genilson e o Sassi por todos os momentos de descontração; o Diego por me dizer sempre o que precisava ouvir e por me ajudar nos meus momentos mais difíceis; e, ao Ariel pelos grandes e importantes ensinamentos que tivemos juntos.

As minhas amigas e aos meus amigos de adolescência, com muito amor, obrigada pela caminhada que fizemos até a vida adulta, sem vocês não seria esse ser humano cheio de desconstrução e problematização. Em especial a Karina, por nos últimos 11 anos não ter desistido de mim e me ajudar em todas as minhas dificuldades e por estar presente em todas as minhas vitórias, mesmo as menores. A minha mãe, que eu ‘amo do fundo do meu coração’ por me proporcionar todas as coisas que pode, desculpa por não ter aproveitado muitas dessas oportunidades, em que deixou de fazer para si para me fazer feliz; a ela e minha biba por me proporcionarem afeto sem limites, deixo meu muito obrigada!

Obrigada a todos vocês, os citados e os não citados, que cruzaram o meu caminho e ajudaram a construir o eu de hoje.

RESUMO

Este trabalho analisa as práticas e experiências a partir da memória de três gerações de mulheres territorializadas no Quilombo dos Alpes (Porto Alegre, Brasil). Buscou-se responder as inquietações sobre afirmação territorial da presença quilombola, como as trazidas pelos conceitos de corpo-território, territorialidade e direito à cidade, a fim de enaltecer a discussão de retomada do território a partir das lutas da comunidade. Para responder os objetivos realizou-se a análise de discurso de três narrativas em forma de áudio, uma de Edwirges Garcia, uma de Jane Ellias (filha de Edwirges) e outra de Rosângela Ellias com participação de Karina Ellias (netas de Edwirges). A metodologia empregada foi a de análise qualitativa, com a formação das categorias de *História do Território e o Corpo-Território*; *Retomada do Território e Direito à Cidade*. Foram realizadas discussões sobre segregação espacial, territorialidades físicas e simbólicas e justiça social; levando à conclusão de que o corpo-território deve ser compreendido como o concreto dentro do simbólico (e vice-versa), onde o sujeito é dotado de ações que moldam o espaço pelas suas territorialidades intrínsecas permitindo também que a territorialidade do espaço o construa como cidadão.

Palavras-chave: 1.Quilombo dos Alpes. 2.Quilombo Urbano. 3.Território. 4.Corpo-Território. 5.Direito à Cidade.

RESUMEN

Este trabajo analiza las prácticas y experiencias con base en las memorias de tres generaciones de mujeres territorializadas en el Quilombo dos Alpes (Porto Alegre, Brasil). Se busca responder las inquietaciones acerca de la afirmación territorial de la presencia quilombola, como las presentes en los conceptos de cuerpo-territorio, territorialidad y derecho a la ciudad, para alabar la discusión sobre la retomada del territorio a partir de las luchas de la comunidad. Para responder a los objetivos, se ha realizado un análisis del discurso de tres narrativas contadas en audio, una de Edwirges Garcia, una de Jane Ellias (hija de Edwirges) y otra de Rosangela Ellias con participación de Karina Ellias (nietas de Edwirges). La metodología utilizada fue la de análisis cualitativo, con la formación de las categorías *Historia del Territorio y Cuerpo-Territorio; Reconquista del Territorio y Derecho a la Ciudad*. Se sostuvieron discusiones sobre segregación espacial, territorialidades físicas y simbólicas y justicia social; llevando a la conclusión de que el cuerpo-território debe ser comprendido como el concreto dentro de lo simbólico (y viceversa), donde el sujeto está dotado de acciones que dan forma al espacio por sus territorialidades intrínsecas, al mismo tiempo en que la territorialidad del espacio lo construye como ciudadano.

Palabras-clave: 1. Quilombo dos Alpes. 2. Quilombo Urbano. 3. Territorio. 4. Cuerpo-territorio. 5. Derecho a la ciudad.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A ORIGEM DO QUILOMBO DOS ALPES	10
3. TERRITÓRIO: O QUILOMBO DOS ALPES	12
3.1. O QUILOMBO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	12
4. DAS NARRATIVAS NASCE A PESQUISA	16
5. PORQUE ESTE TRABALHO?	17
5.1. MINHAS MOTIVAÇÕES	17
5.2. MOTIVAÇÕES HISTÓRICAS: NEGLIGÊNCIA DO ESTADO	20
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
6.1. FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL E A FALTA DE DIREITOS	23
6.2. GEOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS E DOS DIREITOS	32
7. METODOLOGIA	39
7.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
7.1.1. ESCOLHA DO TEMA E DELIMITAÇÃO DOS OBJETIVOS	39
7.1.2. ANÁLISE DOS DADOS: CRIAÇÃO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE	40
7.1.3. FASE EXPLORATÓRIA	42
8. ANÁLISE DOS DADOS	43
8.1 HISTÓRIA DO TERRITÓRIO E O CORPO-TERRITÓRIO	43
8.2 RETOMADA DO TERRITÓRIO E O DIREITO À CIDADE	48
8.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho evidencia um quilombo urbano, o Quilombo dos Alpes, situado na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Parte-se, da história iniciada no território pela matriarca Edwirges Francisca Garcia até o momento em que a comunidade se autodeclara quilombola e é reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como uma área de interesse social (INCRA, 2016). O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre as práticas e as experiências espaciais das memórias e expressões de territorialidade que formaram o Quilombo dos Alpes.

Para isso foram analisadas, através da metodologia de análise qualitativa, três entrevistas de três gerações territorializadas no Quilombo dos Alpes. Cada uma das mulheres conta a partir de suas vivências no território (em diferentes momentos históricos) as lutas cotidianas para se manterem presentes no espaço que construíram como lar e alcançarem visibilidade na cidade de Porto Alegre para conseguirem seus direitos básicos de cidadania, como infraestrutura adequada. Por ser uma zona periférica da cidade, aqui se entende como não sendo uma área central, as políticas públicas não chegam com facilidade, e elas nos contam que somente através da busca de seus direitos é que a cidade olha de volta para a área que não valoriza.

O referencial teórico deste trabalho busca trazer a origem dos quilombos no Brasil, evidenciando a falta de direitos para com a população ex-escravizada, pois quando libertos não foi lhes proporcionado o direito a terra. Este processo de segregação da população negra se evidenciou na construção da capital do Rio Grande do Sul, numa época em que não havia leis federais ou municipais para a permanência da população negra nas áreas centrais. O direito de permanecer onde sempre se fez morada só veio com o Artigo 68/88, do Ato das Disposições Constitucionais, e quinze anos mais tarde com o Decreto 4.887/03, que determinava como as terras iriam para seus legítimos donos, os quilombolas.

A análise dos resultados se fez pelas considerações fundamentais de quem vivencia o território, as três gerações de mulheres, sendo elas: Edwirges Garcia, Jane Ellias (filha), Rosângela Ellias e Karina Ellias (netas). A análise partiu de conceitos de território e territorialidade de Rogério Haesbaert; de direito à cidade de David Harvey; de leis e considerações históricas sobre o negro de Ilka Leite; e, corpo-território de Eduardo Miranda, além de muitos outros. Sem estes entendimentos o trabalho com uma análise geográfica não seria possível.

2. A ORIGEM DO QUILOMBO DOS ALPES

Na capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, será contada a geografia de luta e resistência do maior quilombo urbano em extensão territorial do Brasil (INCRA, 2016), o Quilombo dos Alpes. Parte-se da história de uma mulher, Edwirges Francisca Garcia, que situada no contexto social de pós-escravatura, por medo do chicote fugiu para o mais longe que pode ao percorrer cerca 60 km a pé, por volta de 1900, de Charqueadas à Porto Alegre.

Apesar de Edwirges ter nascido após a Lei do Ventre Livre, de 1871, que tornava livre os filhos das mulheres escravizadas; e estima-se também, que após o período de fim da escravidão no Brasil, em 1888, acabando com desumano trabalho forçado em que se encontravam os negros descendentes de africano, ela, ainda poderia ser punida nos moldes do regime de escravidão. Então, o corpo de Edwirges era considerado de uma mulher escravizada, e seus descendentes hoje a lembram e lembram de sua história como uma mulher ex-escravizada.

Quando ela fugiu, por medo, se aloca nas terras que posteriormente viriam a ser o Quilombo dos Alpes; tudo antes da chegada da mulher é natureza, à medida que essa natureza é transformada, ela transforma a mulher, e a sociedade, então, se concebe. É desta troca que abordará este trabalho, das percepções e modificações dos seres no espaço físico. Sua origem começou com Edwirges Francisca Garcia, que lutou muito para criar os filhos e permanecer na terra, e hoje suas netas lutam pelo direito à cidade e para titulação do que lhes pertence por direito, o território do quilombo. Esta linhagem de luta e reivindicação de direitos tem origem e se mantém matrilinear, onde a filiação e a organização social levam em consideração à descendência materna; e o Quilombo dos Alpes é assim, as mulheres representam o papel de liderança comunitária.

Estima-se que o nascimento de Edwirges tenha ocorrido em 1889, e segundo relatos da família ela faleceu aos 107 anos, em 1996. Todas estas datas em relação à matriarca da família são relativas devido ao tempo que se levava para registrar os filhos naquela época e a perecividade da documentação. Então, de acordo como a própria Edwirges, estima-se que ela tenha chegado à região do morro da glória por volta de 1900, pois começou sua caminhada para Porto Alegre por volta dos 13/14 anos. Na região ela dá origem aos processos de ocupação do topo do morro da Glória.

Nestes aproximados 119 anos de territorialização no topo do morro da Glória, que chamamos de Quilombo dos Alpes, a comunidade se multiplicou e afirmou-se dentro do território e na cidade de Porto Alegre, hoje estão presentes na história da cidade seis gerações desta descendência materna. Este trabalho versa sobre três delas: A própria Edwirges, sua filha Jane da Silva Ellias e suas netas Rosangela da Silva Ellias e Karina Rejane da Silva Ellias (Figura 1).

Figura 1: Três gerações de mulheres do Quilombo dos Alpes.



Edwirges

Jane (filha)

Rosangela (neta)

Karina (neta)

Elaborado pela autora, 2019. Fonte: Acervo de fotos NEGA/UFRGS.

Só é possível conhecermos a origem do Quilombo dos Alpes por que a história de Edwirges foi passada de geração em geração. O acesso a estes relato são de visitas à comunidade, e foi principalmente durante as caminhadas no Quilombo feitas no programa Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes, que tem parceria entre a comunidade quilombola e o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS)¹, que leva alunos de escolas públicas e particulares, além de capacitar professores, para a educação anti racista da Lei 10.639/03, que conheci o território.

Este trabalho se origina dessas experiências em campo, nas quais, pouco a pouco, pude compreender o processo histórico desta comunidade, mas ele se concretiza quando tive acesso às narrativas das mulheres acima, que em diferentes momentos históricos nos

¹ Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente, do departamento de Geografia, no Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio Grande do sul. O NEGA é organizado por alunos e professores do Departamento de Geografia.

relatam as lutas que viveram para se afirmar no território do Quilombo dos Alpes (entrevistas concedidas nos anos de 1993, 2017 e 2019). Aqui pretende-se compreender, através destas três gerações de mulheres territorializadas, *quais as práticas e experiências espaciais das memórias e expressões de territorialidade formaram o Quilombo dos Alpes*. Para isso vamos passear na história deste território, através das narrativas delas. Memórias que vão do início do séc XX (por volta de 1900) ao ano de 2016, quando o território torna-se, oficialmente, uma Área de Interesse Social (DOU, 2016).

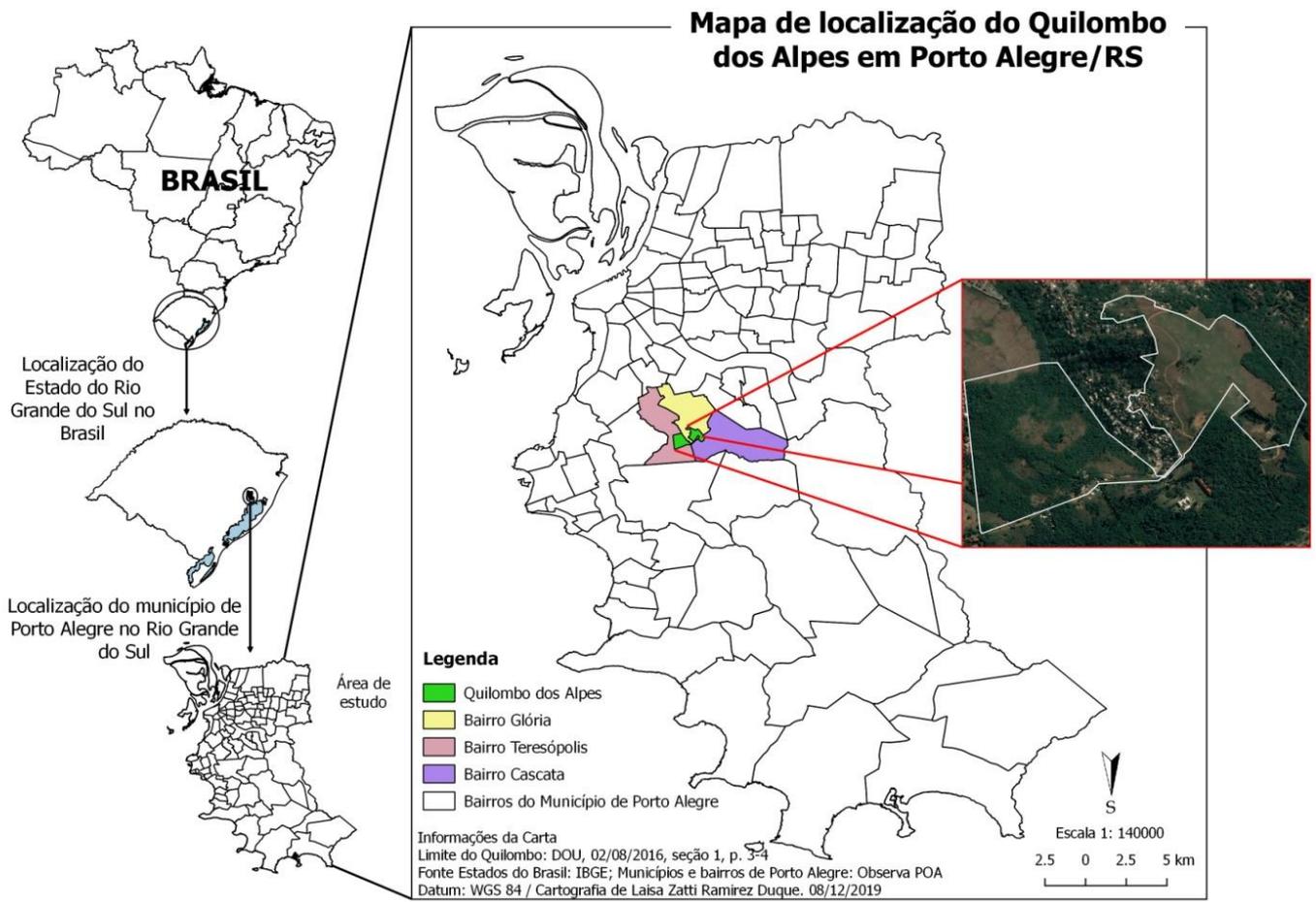
3. TERRITÓRIO: O QUILOMBO DOS ALPES

“Nós enxergamos a cidade, mas a cidade não nos enxerga.” Rosângela da Silva Ellias (*apud* MARTINS, 2019)

3.1. O QUILOMBO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

O espaço geográfico em destaque, o Quilombo dos Alpes, está localizado entre os bairros Glória, Cascata e Teresópolis, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Mapa 1). Apesar do Quilombo dos Alpes compreender três bairros da cidade, para este trabalho vamos dar maior ênfase a sua ligação com o bairro Glória, pois, por questão de locomoção, a estrada dos Alpes se aloca nesse bairro, por onde passa uma única linha de ônibus (251 - Alpes), e é o melhor acesso para entrada e saída do quilombo.

Mapa 1: Localização do Quilombo dos Alpes em Porto Alegre/RS.



Fonte: elaborado pela autora, 2019

Figura 2: Quilombo dos Alpes.



Figura 2: Associação Quilombola Dona Edwirges. Fonte: NEGA/UFRGS, 2017.

Pela imagem acima (Figura 2) podemos observar as semelhanças com uma paisagem rural que a comunidade do Quilombo dos Alpes tem, mas esta área está localizada em um espaço urbano. Segundo a Supervisão de Desenvolvimento Urbano - SMURB (2014), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental considerou todo o município de Porto Alegre como “urbano legal”, mas fez distinções quanto ao grau de ocupação, sendo uma área de ocupação intensiva (AOI) e outra área de ocupação rarefeita (AOR). O Quilombo se encontra nas duas condições, faz parte da aberta dos morros da cidade que é classificada como AOR e ao mesmo tempo é parte de uma área densamente povoada AOI, o bairro glória.

A comunidade dos Alpes está localizada, por observação em campo, em um ambiente de ocupação mais rarefeita, com configuração significativa do patrimônio natural, com a presença marcante, na vertente do morro do bairro Teresópolis, de mata atlântica totalmente preservada graças à demarcação do território quilombola, feita pelos próprios moradores, que inibe a ação imobiliária e mantém a diversidade ambiental. O Quilombo dos Alpes estando situado a 15 quilômetros do centro de Porto Alegre se insere em uma área de morros do município, que tem como características básicas inclinação acentuada de vertentes, no topo do morro apresenta-se uma vegetação rasteira e nos vales uma vegetação densa.

A expressão da vegetação “ainda é muito parecida com aquela que seus antepassados encontraram quando vieram se refugiar na capital, mas estaria mais preservada - ela fala - não fosse as queimadas que o local sofreu por conta das disputas de terra” (TRILHAS..., 2016). O dizer é de Rosângela Ellias, neta de Edwirges, que ainda nos ensina muito mais sobre a região,

(...) pra quem não conhece (...) é bem rural assim, é mato, é morro, é campo, então quando eu olho lá de cima, olho pra cidade parece uns vagalume né, principalmente de noite porque tu só enxerga os topo né, dos prédio... quase que não enxerga uma árvore, nada. Só telhado, telhado, telhado e concreto e concreto e concreto e prédio. Então essa é a vista que a gente tem lá do morro, e quando a gente vai subindo pra lá a gente consegue notar a diferença do ar, quando entra na boca da onça e vai subindo tu já sabe a temperatura, acha que é quente... lá em cima tem vento... sempre tem uma brisa, e vento e vento (...) gente consegue notar que é um local que ainda tá preservado, é um local que tá... tem bastante árvores, mata, e não tá tão poluído quanto cá embaixo na cidade.” (Rosângela, 2017)

nos permite compreender a beleza da diversidade, o carinho e o cuidado especial pelo território.

Por estar inserida em nas áreas de AOI e AOR, e por todas as características que Rosângela trás do território, é possível imaginar a paisagem que o Quilombo dos Alpes proporciona para os que estão lá em cima, de observar a cidade de Porto Alegre com todos seus prédios e luzes e ver a imensidão do lago Guaíba. Isso com certeza é um privilégio, e esta vista privilegiada, estando acima do nível do mar em 279 metros no morro da Glória e 269 metros no morro do Teresópolis, é vista pelo mercado imobiliários como promissora para a inserção de empreendimentos de moradias de luxo. O que resulta na especulação imobiliária circundante ao território quilombola, o que gerou e gera transtornos e conflitos de grandes empreiteiras com a comunidade pela disputa da terra.

A terra quilombola está garantida em direito constitucional. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias coloca que “[aos] remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). A Constituição Federal de 1988, assim, concede às comunidades remanescentes de quilombos a posse da terra na qual estão proporcionando a regularização fundiária. O direito estabelecido é resultado de muita luta do movimento negro no passado. E hoje o Quilombo dos Alpes, através da Associação Quilombola Dona Edwirges, continua na luta junto às demais seis comunidades² remanescentes da capital do Rio Grande do Sul.

Na luta pelo processo legal da terra a comunidade quilombola do Alpes, que conta com aproximadamente duzentas e oitenta pessoas (INCRA, 2016), é uma Área de Interesse Social estabelecido pelo INCRA no ano de 2016, com os limites, de 58,2 hectares, definidos no mesmo ano no Diário Oficial da União (DOU)³. Para que isso fosse possível, em 2005 a comunidade se reconhece como remanescente de quilombo, posteriormente sendo emitido o certificado da Fundação Cultural Palmares (DOU 08/06/2005), se reconhece e é reconhecido legalmente, pois este é uma ação da vida inteira. Apesar de todos os ganhos, o processo de titulação pelo qual estão passando ainda não acabou. No momento estão na última fase, após passarem pelo reconhecimento de Área de Interesse Social (DOU, 2016), estágio da desapropriação em que o INCRA fez a avaliação dos

² **Quilombo da Família Flores** (Bairro Glória), certificado pela Fundação Cultural Palmares na Portaria 221/2017 - DOU 16/08/2017; **Quilombo dos Machado** (Bairro Sarandi), certificado pela Fundação Cultural Palmares na Portaria 61/20147 - DOU 21/05/2014; **Quilombo da Família Silva** (Bairro Três Figueiras), certificado pela Fundação Cultural Palmares na Portaria 35/2004 - DOU 10/12/2004; **Quilombo Areal da Baronesa** (Bairro Menino Deus), certificado pela Fundação Cultural Palmares na Portaria 35/2004 - DOU 10/12/2004; **Quilombo dos Fidélis** (Bairro Azenha), certificado pela Fundação Cultural Palmares na Portaria 23/2007 - DOU 02/03/2007; e, **Quilombo da Família Lemos** (Bairro Santa Tereza), certificado pela Fundação Cultural Palmares na Portaria 301/2018 - DOU 12/11/2018.

³ Limite do Quilombo dos Alpes; DOU, 02 de agosto de 2016, seção 1, p.3-4.

imóveis localizados dentro dos limites do quilombo que não pertencem a eles, para depois ajuizar as devidas ações desapropriatórias.

Estamos em 2019 e as desapropriações ainda não aconteceram, e somente após esta fase será concedido o título da terra aos quilombolas. Desde o início da autoidentificação por parte da comunidade, a produção dos relatórios técnicos de identificação e delimitação que o NEGA/UFRGS auxiliou a comunidade na execução, para apresentação a Superintendência do INCRA, em 2007, servem como manobras jurídicas que garantem a permanência das famílias no território. Este trabalho não se atém ao fato, mas devemos atentar para a perecividade das leis de titulação de terras quilombolas. A burocracia impregnada nas diversas etapas do processo de titulação da terra dificulta o acesso dos que mais precisam e daqueles à qual ela pertence.

4. DAS NARRATIVAS NASCE A PESQUISA

Através de áudios e entrevistas é que se constitui este trabalho. Em entrevista para o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS), realizada em 2019, na qual me fazia presente enquanto uma das pesquisadora no núcleo; no território, Jane (nascida em 1948) conta sobre as lutas de sua mãe para permanecer no ambiente que considerava seguro. Rosângela (nascida em 1968) e Karina (nascida em 1984) foram gravadas em 2017, enquanto Mestres de Saberes na disciplina Encontro de Saberes, ofertada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde participei como aluna ouvinte orientada pelos professores doutores Cláudia Pires e Álvaro Heidrich coordenadores do NEGA (NEGA/UFRGS). Rosângela aborda o processo de origem do território e o de autoidentificação como comunidade quilombola, bem como sobre a luta identitária e a permanência na cidade; e Karina, por sua vez, afirma a necessidade de sua comunidade se fazer presente nos espaços da cidade.

Edwirges auxiliou com seus ensinamentos quando forneceu, em 1993 aos aproximados 104 anos de idade, uma entrevistas ao historiador Cláudio Fachel Dias, como uma moradora antiga do morro dos Alpes e entorno, foi entrevistada para a coletânea Memória dos Bairros de Porto Alegre. Todas as entrevistas utilizadas neste trabalho foram disponibilizadas em forma de áudio e delas foram retiradas considerações fundamentais para a discussão do tema e na busca por compreender as experiências, isso é, a tentativa de

compreender as experiências espaciais das memórias e as expressões de territorialidade do Quilombo dos Alpes em suas três gerações: mãe, filha e netas.

A partir das informações sobre os fatores iniciais de territorialização (corpo-território) trazidas por Edwirges; das considerações sobre a permanência da mãe no Alpes e sobre as lutas da mulher negra trazidas por Jane; e dos fragmentos sobre a luta e o direito à terra urbana, moradia adequada e justiça social (direito à cidade) extraídos dos áudios da Rosangela e da Karina, é que se construíram os objetivos desta pesquisa. Foram exploradas as metodologias de pesquisa social, com análises qualitativas dos áudios de entrevistas fornecidas pelas mulheres acima citadas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas e experiências espaciais das memórias e expressões de territorialidade do Quilombo dos Alpes. Para isso foram elaborados dois objetivos específicos, 1) analisar a narrativa da presença quilombola e da afirmação territorial no Quilombo dos Alpes a partir do discurso de três gerações de mulheres; e, 2) discutir o direito à terra urbana e retomada do território através dos processos vividos pela comunidade Quilombo dos Alpes.

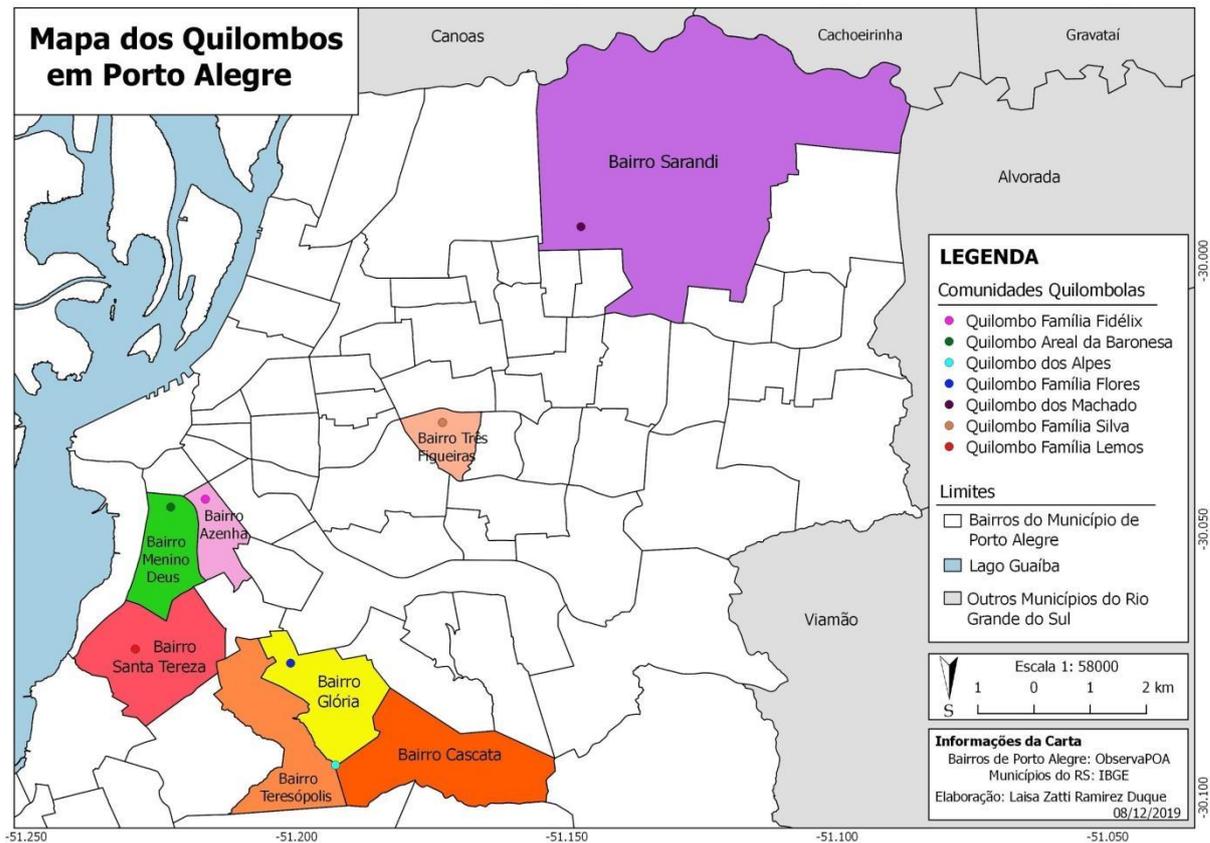
5. PORQUE ESTE TRABALHO?

“Em uma sociedade racista, não ser racista não é o bastante, temos que ser anti racistas.” *Ângela Davis*

5.1. MINHAS MOTIVAÇÕES

Por que é preciso discutir sobre espaço, território, cultura e etnia; conceitos geográficos que podem ser analisados pela segregação ou agregação, tudo depende de como as cidades aceitam a multiculturalidade e etnicidade. A capital do Brasil com o maior número de Quilombos Autodeclarados está no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, que possui, no total, sete comunidades quilombolas urbanas (Mapa 2).

Mapa 2: Localização das Sete Comunidades Quilombolas de Porto Alegre.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Mas então, o que são quilombos urbanos? Quilombos urbanos são um espaço de movimento, resistência e cultura em meio a uma metrópole que engole os espaços, com infraestrutura mínima ou com paisagem deslumbrante, pela especulação da terra e que engole as pessoas pela falta de condições de educação, saúde e lazer. Neste trabalho entende-se que quilombos urbanos são o movimento contrário às limitações causadas pelo Estado. São uma força contra as negligências do Estado em relação a estas comunidades, negligência que pode nos levar a pensar que seja proposital, devido ao grande interesse que se tem pelos espaços urbanos já intensamente edificado.

Todas as sete comunidades apresentadas acima (Mapa 2), sofrem pela especulação imobiliária: seja por terem paisagens belíssimas como o Quilombo dos Alpes e o Quilombo da Família Lemos; seja por estarem em áreas centrais, historicamente pressionadas pela construção de empreendimentos para classes média-alta, como o Quilombo Areal da Baronesa, o Quilombo Fidélis e o Quilombo da Família Silva; ou seja por estarem em áreas com grandes empreendimentos ao entorno (lojas e escolas), como o Quilombo dos Machado e o Quilombo da Família Flores. A construção deste entendimento de quilombos

urbanos, e o processo de especulação da terra em cima deles, só foi possível por ser integrante do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS).

A pesquisa participante nas sete comunidades quilombolas permitiu que eu observasse a trajetória de luta e resistência urbana das comunidades quilombolas de Porto Alegre. Permitiu, também, que eu compreendesse a importância da discussão de alocar as comunidades quilombolas no espaço através do tempo, pois as instituições do Estado somente compreendem a métrica que pode ser comprovada. Fez com que pudesse me reconhecer como futura geógrafa na luta pela moradia, no direito que foi negado a uma parcela significativa da população, a mais vulnerável. Então eu percebi a importância de ser geógrafa no meio urbano, auxiliar na promoção do bem estar, desde saúde e educação, à moradia adequada e espaços de manifestação cultural.

O NEGA, por orientação da professora Dr^a Claudia Pires, proporcionou, junto às comunidades, a elaboração de uma geografia que remontam os processos históricos de afirmação territorial dos quilombos a partir de entrevistas e narrativas dos sujeitos da ação, retratando o passado histórico e geográfico na cidade de Porto Alegre e no lugar onde vivem. O NEGA através da cartografia social (ACSELRAD, 2008) liga os sujeitos (no caso, as comunidades) com o território, a partir de um mapeamento co-participativo que proporciona uma ligação diferente com o território, auxiliando na observação dos processos históricos e geográficos que o território passou, conseqüentemente eles próprios. A metodologia de Pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005), fundamenta o mapeamento co-participativo, onde a interação dos pesquisadores e dos sujeitos da pesquisa acarreta uma transformação em ambas às partes, favorece a delimitação dos objetivos a serem alcançados, sendo uma decisão conjunta.

Este trabalho também foi motivado pela fala de Rufino⁴ para à TV BRASIL, em 2014; ele traz inquietações de que o modo de modificarmos as concepções da história contada pelos “vencedores” é a partir do conhecimento histórico dos que viveram. Assim, compreendo que é através da ancestralidade, oralidade, circularidade, musicalidade, religiosidade, energia vital (axé), corporeidade, musicalidade, memória, cooperativismo/comunitário e ludicidade (TRINDADE, 2006) dos quilombolas que se desmascara a história das elites. O mapeamento co-participativo e a Pesquisa-ação são as técnicas que auxiliam na compreensão das diversas histórias que deixaram de ser contadas na cidade de Porto Alegre.

⁴ Joel Rufino dos Santos é historiador, doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Disseminar os conhecimentos vividos é fundamental para auxiliar na desmistificação da história do negro no Brasil, e principalmente da história quilombola do país, de como vivem os quilombos atualmente, principalmente os urbanos. Ouvir as narrativas é um modo de perceber o preconceito que as comunidades vivenciam, da luta diária para que seus territórios adquiram infraestrutura estabelecida em lei para o bem viver das pessoas, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais empática e menos racista.

5.2. MOTIVAÇÕES HISTÓRICAS: NEGLIGÊNCIA DO ESTADO

Na tentativa de compreender as experiências espaciais das memórias e as expressões de territorialidade do Quilombo dos Alpes, tenta-se trazer a reflexão a resistência negra em um quilombo e os processos históricos de sua formação. Importante destacar, que entende-se neste trabalho que, Estado é a manifestação de poder em todas as instâncias, não trata-se de alguém, partido político ou governo específicos.

O processo de segregação começa com o fim do período colonial (séc. XVI - XIX) e a partir da promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1888), que estabeleceu o fim legal da escravidão no Brasil, onde muitas famílias negras não adquiriram terras, acarretando, para alguns, em um deslocamento de longas distâncias, dando origem a diversos quilombos. O direito às terras “legais” brasileiras foi negado às populações escravizadas através da Lei de Terras (Lei nº601), de setembro de 1850. Como traz Gabriela Pereira (2019, p. 27), a lei foi “promulgada estrategicamente (...) duas semanas antes da declaração do fim do tráfico de escravizados para o Brasil”.

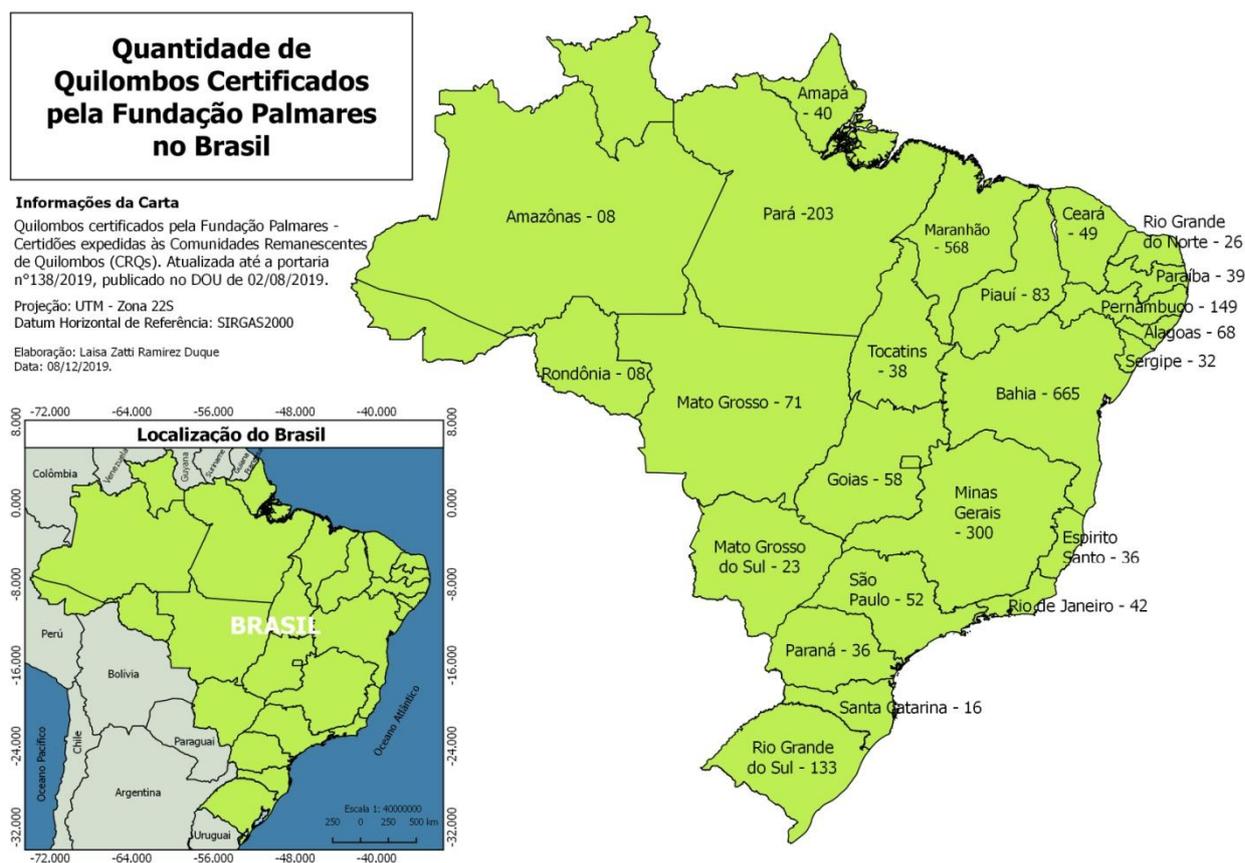
O mundo estava entrando em um novo sistema de capital, onde a mão de obra escravizada não fazia mais sentido, e a monarquia já previa o fim da escravidão; tanto que após a lei as tramitações finais da Lei de Terras, passando do conceito de posse para tornar-se propriedade, foi abolida a escravidão. Com a mercantilização da terra, somente poderiam se tornar proprietários de terras os que possuíssem um documento de que comprou, enquanto “o dono” precisava de um documento de que vendeu. Então, como o escravizado, livre de um dia para o ouro, que não recebia dinheiro pelo seu trabalho, já que era forçado, poderia comprar um pedaço de terra? A resposta: não poderia.

O Brasil nunca foi um país de equidade e direitos para todos. A democratização da terra é uma luta geracional e torna-se cada vez mais evidente na atualidade; no campo a concentração de terra é nítida, no urbano, cada vez mais aglomerado, as segregações estão

cada vez mais escancaradas. Ao evidenciar a trajetória de uma comunidade quilombola através das narrativas da Matriarca (a chegada ao lugar de moradia), sua filha (as lutas pela permanência) e suas netas (as resistências para concretização do direito à moradia), pretende-se compreender o processo de continuidade que foi estabelecido no passado, com Edwirges, onde ela ao utilizar do território para criação dos filhos fixou neles a territorialidade que construíram ali e a que vinha com ela desde seus antepassados. Então, a continuidade está quando seus filhos, netos, bisnetos lutam pelos direitos que ela lutou, e mantém vivo no território a história e cultura disseminada pelos antepassados; assim é possível entender a luta de identidade territorial que se apresenta com o auto-reconhecimento.

Dos territórios quilombolas no Brasil, há, no ano de 2019, 1.747 em processo de titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas reconhecidas e autodeclaradas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) tem-se 2.746 comunidades quilombolas (Mapa 3).

Mapa 3: Mapa dos quilombos certificados pela Fundação Palmares.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

O INCRA, através do decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, tem a missão de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Para isso realiza-se um estudo antropológico de coleta documental que favorece a comprovação da comunidade no espaço. Diferentemente da FCP que estabelece em sua criação a partir do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; que têm como função certificar às comunidades quilombolas e por sua inscrição em cadastro geral. À diferença crucial entre o INCRA e a FCP é que ela não certifica com base de quem é ou não quilombola, mas, sim, “respeita o direito da autodefinição, preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram. Para isso uma reduzida documentação é exigida, de acordo com a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007” (BRASIL, FCP).

No estado do Rio Grande do Sul são 96 comunidades quilombolas esperando a titulação do INCRA (2019), mas segundo a FCP, como pode-se observar no mapa acima (Mapa 3), temos 132 comunidades auto-reconhecidas. Hoje o estado conta somente com duas comunidades completamente tituladas, o Rincão dos Caixões, em Jacuizinho, que é uma comunidade instalada em um contexto rural, e a Chácara das Rosas, em Canoas, que é uma comunidade instalada em um contexto urbana por estar inserida em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Isso aponta à demora do INCRA em reconhecer e titular as comunidades autodeclaradas, e a perequidade e burocratização do processo que fica tramitando por anos até a titulação.

O tema de pesquisa se valoriza por evidenciar a luta cotidiana contra o racismo institucional e estrutural, a especulação imobiliária, a violência policial, a falta de infraestrutura, o fechamento de escolas e postos de saúde próximos às suas comunidades e inúmeras outras ofensivas do Estado e da sociedade. Evidenciando a discussão sobre a territorialidade iniciada por Edwirges e a territorialidade vivida pela comunidade do Quilombo dos Alpes, enaltecendo a trajetória histórica e geográfica de um grupo, pode-se chegar as semelhanças de outros grupos que se aproximam pela luta no movimento negro no passado e no presente, manifesta em inúmeras mobilizações das comunidades como sujeitos de resistência a um modelo capitalista cujas ideias perpetuam o preconceito racial e segregação socioespacial.

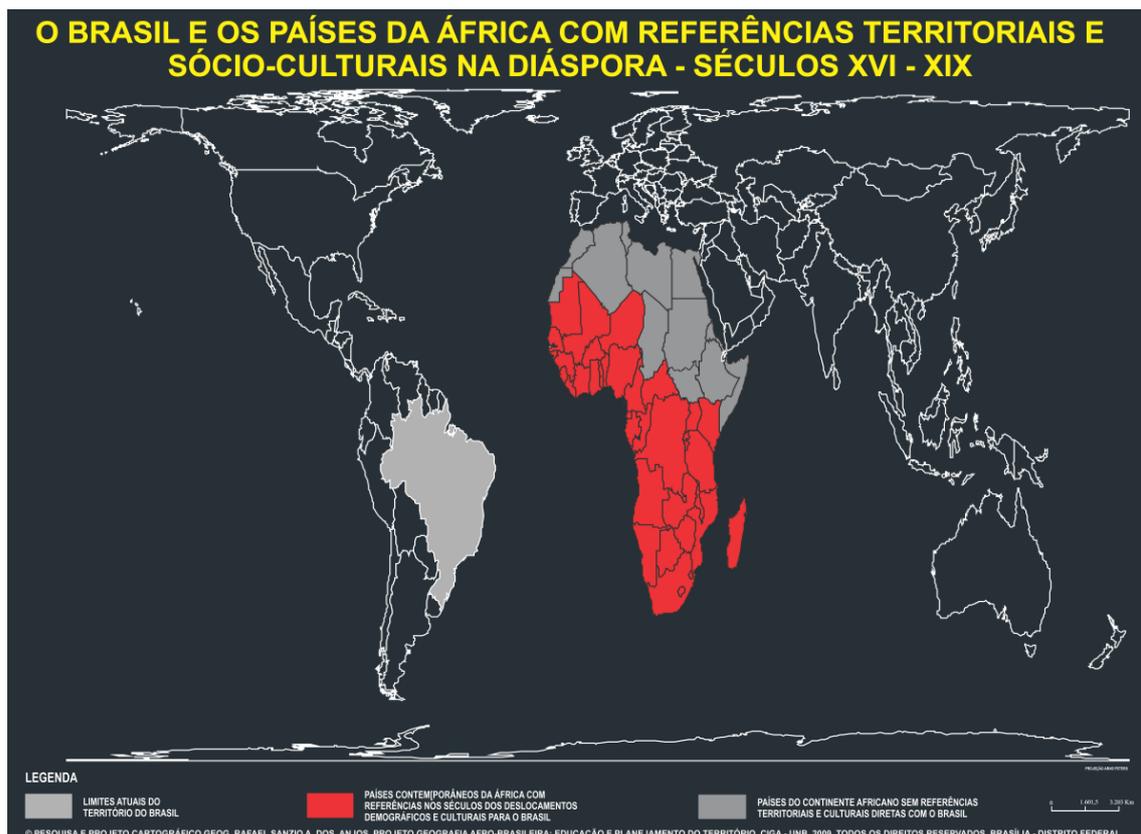
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Aquele que se faz passar como a história universal nunca foi universal, porque nunca incluiu mulheres negras, homens negros, pessoas latinas - muitos grupos ficaram de fora dela. Mas essa história oficial é tomada como verdade.” (COLLINS, 2019, s.p.)

6.1. FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL E A FALTA DE DIREITOS

Para discutir os quilombos no Brasil é preciso falar da diáspora africana (Mapa 4). A diáspora é o processo de saída forçada de mulheres, homens e crianças do continente africano para todo o mundo, sendo sequestrados de suas terras de origem para o trabalho forçado, em um ambiente desconhecido, para a sustentação do regime escravocrata da época (séc XVII - XIX). No Brasil o regime escravocrata durou mais de trezentos anos, estima-se que chegaram ao país 4 milhões de escravizados (IBGE, 2000). “O apogeu do afluxo de escravos negros pode ser situado entre 1701 e 1810, quando 1.891.400 africanos foram desembarcados nos portos coloniais.” (GELEDÉS, A história da escravidão negra no Brasil).

Mapa 4: O Brasil e os Países Africanos com referências diaspórica.



Fonte: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA - UNB, 2009).

Rafael Sanzio (TV Brasil, 2014), traz uma percepção muito importante da origem do Brasil, onde os africanos escravizados construíram o país que conhecemos hoje, pois se não fosse à semelhança tropical estabelecida entre Brasil e os países africanos da diáspora o “projeto de Brasil” em excelência de mineração e agricultura não seria possível. O conhecimento das populações dos países africanos sobre as semelhanças na paisagem foi o que proporcionou o enriquecimento português e o desenvolvimento brasileiro. O que o império português e brasileiro não soube reconhecer foi transmitido pela oralidade e constituem o conhecimento de muitos quilombos brasileiros na atualidade, os conhecimentos dos escravizados da época colonial, no sentido de conhecimento de paisagem, saber os usos e desusos das plantas e das tecnologias minerais que podem ser empregadas perpetuam.

A diáspora não é só um movimento de migração de um lugar para o outro, ela significa que este movimento dos corpos é repleto de simbolismos e significados, pois carregam em si marcas de uma identidade cultural ancestral que pode ser vista de diversas formas, desde as religiões de descendência africana até a construção de casas. Como é o caso do Quilombo dos Alpes, comunidade de religião africana e que apresenta técnicas de construção vernaculares associadas a sua ancestralidade (PIRES, 2017), como à construção em taipas (que significa, basicamente, a utilização de solo, argila ou terra como matéria-prima básica de construção).

Estes processos vernaculares, tiveram de ser adaptados, ao entrar em um território desconhecido, os conhecimentos trazidos de seus povoados, com a diáspora, tiveram de ser ressignificados; adaptando sua cultura, religiosidade, saberes e fazeres de acordo com o ambiente que se inserem. Stuart Hall (2003) ajuda na compreensão diaspórica, ao entender que os conhecimentos, as histórias, as culturas que passaram pelas gerações se mantiveram com fortes relações identitárias com o país de origem de cada escravizado, ou descendente de africano escravizado, deste país. A identidade permaneceu forte pelas gerações colaborando e construindo a multiculturalidade e etnicidade deste país,

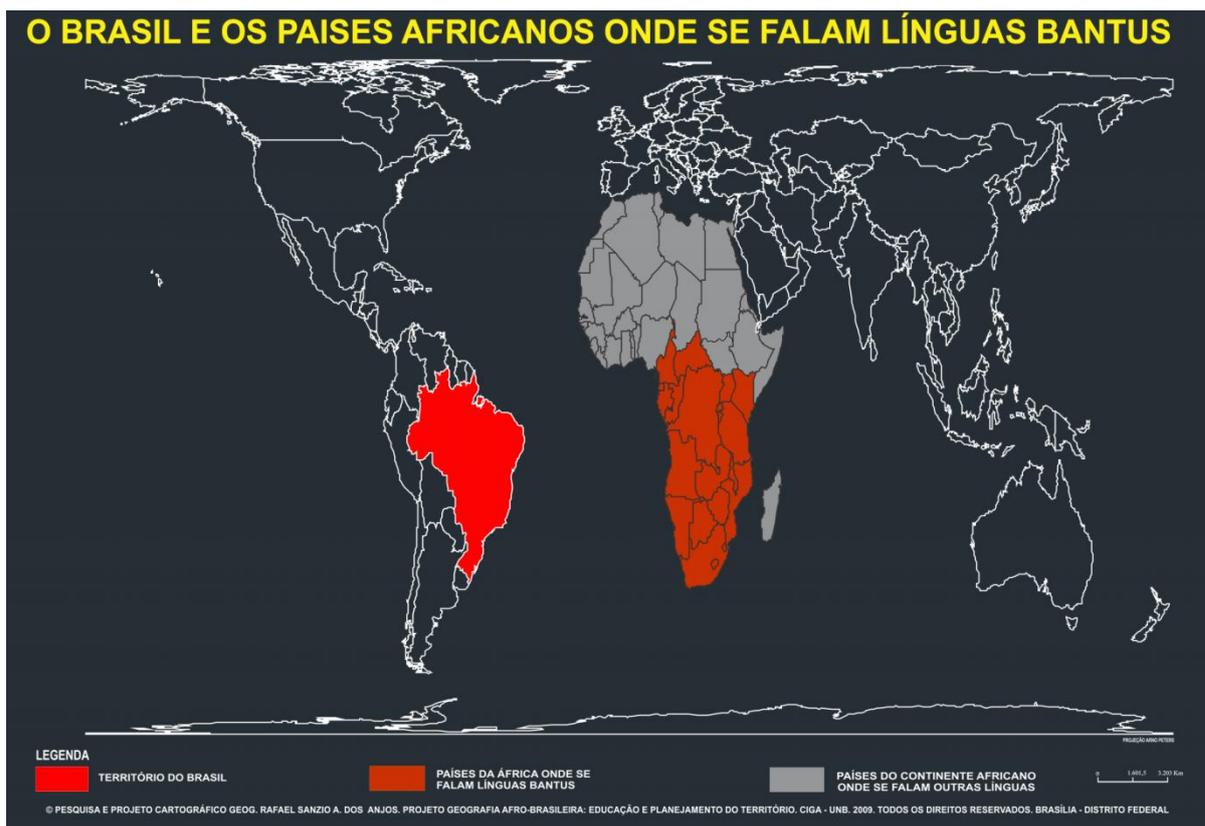
Na situação da diáspora as identidades se tornam múltiplas (...). Possuir uma identidade cultural (...) é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o chamado de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. (HALL, 2003, p 27-29).

A escravização das pessoas de origem africana foi extremamente cruel, neste período as pessoas tiveram que se anular, internalizar os seus saberes para poderem sobreviver ao regime escravocrata, que legitimava somente uma religião e dialogava somente com a tortura. Então, manter a “tradição” de seus povos, transmitida pela oralidade, musicalidade, religiosidade (...) permitiu que os diferentes povos se unissem e apoiassem. Este processo de reconhecimento da ancestralidade e auxílio pode ser observado nas comunidades quilombolas remanescentes de Porto Alegre, quando se reúnem em mobilizações, festas, encontros que mantêm a confraternização entre as comunidades quilombolas.

O período de escravização das populações do continente africano, foi, como Stuart Hall trás, “[na] história do mundo moderno, há poucas experiências mais traumática do que essas separações forçadas da África (...). Os escravizados (...) eram de diferentes países, comunidades tribais, aldeias, tinham diferentes línguas e deuses.” (HALL, 1996. p. 70). Nesse processo as pessoas tiveram que se ressignificar, longe de casa, para manter as tradições e costumes de seus antepassados. Na época colonial, de tanta violência física e psicológica para com os escravizados, viver dentro dos quilombos, que significa na língua Bantu (como trás LEITE, 2008) acampamento guerreiro na floresta, possibilitou, de certa forma, viver plenamente tal ressignificação dos costumes africanos. Hoje viver dentro dos quilombos é lutar pelo reconhecimento, invisibilização no passado e garantia de existência e permanência na terra. Pois, a “existência do passado, que nos pertence e da qual não podemos nos libertar porque já se deu, e de um futuro que nos possibilita esperanças.” (PIRES, *et al*, 2017, p. 170), faz com que os quilombolas busquem pelos seus direitos negados.

É importante ressaltar que Bantu não se refere a um grupo étnico, mas sim a um conjunto de trezentos a setecentos grupos localizados entre a dimensão geográfica que vai da África Central à Austral (Mapa 5); abrangendo os atuais países de Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Zambia, Angola, Uganda, Quênia, Ruanda, Burundi, Tânzânia, Mulaui, Moçambique, Zimbabuê, Botsuana, Namíbia, África do Sul, Lesoto, Suazilândia. Sendo assim, na denominação Bantu a etimologia que compreende um conjunto de diversas línguas bantus, que por semelhança linguística se unem em um único termo para “Quilombo”.

Mapa 5: O Brasil e os Países Africanos onde se falam a língua Bantu.



Fonte: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA - UNB, 2009).

No período colonial brasileiro, juridicamente, a palavra quilombo não se apresentava com uma simbologia e significado tão bonita quanto na África, significava refúgio de ladrões. Mas este significado foi o transmitido pelo regime português, que via nos quilombos uma forte investida contra o governo. Conforme Nascimento, os Quilombos foram um dos maiores problemas da colônia, pois era para a época, a maior investida não militar contra o império colonial. Devido à sua cultura de luta de capoeira, os quilombos, conseguiam se defender por anos;

a proliferação dos quilombos ameaçava fundamentalmente a economia colonial, - o ano de 1740 marca um importante momento na história geral do Brasil Colonial. Podemos afirmar que, entre 1694 e 1750, os quilombos brasileiros foram um dos grandes problemas com que se defrontaram as autoridades coloniais metropolitanas, pois foi entre esses dois momentos históricos, que se formaram os maiores quilombos na colônia. (NASCIMENTO, 1985, p. 3)

O mais conhecido dentre eles foi o Quilombo de Palmares (Mapa 6), que se tratava de um espaço de resistência à escravidão.

Mapa 6: Localização aproximada dos principais sítios do Grande Quilombo de Palmares.



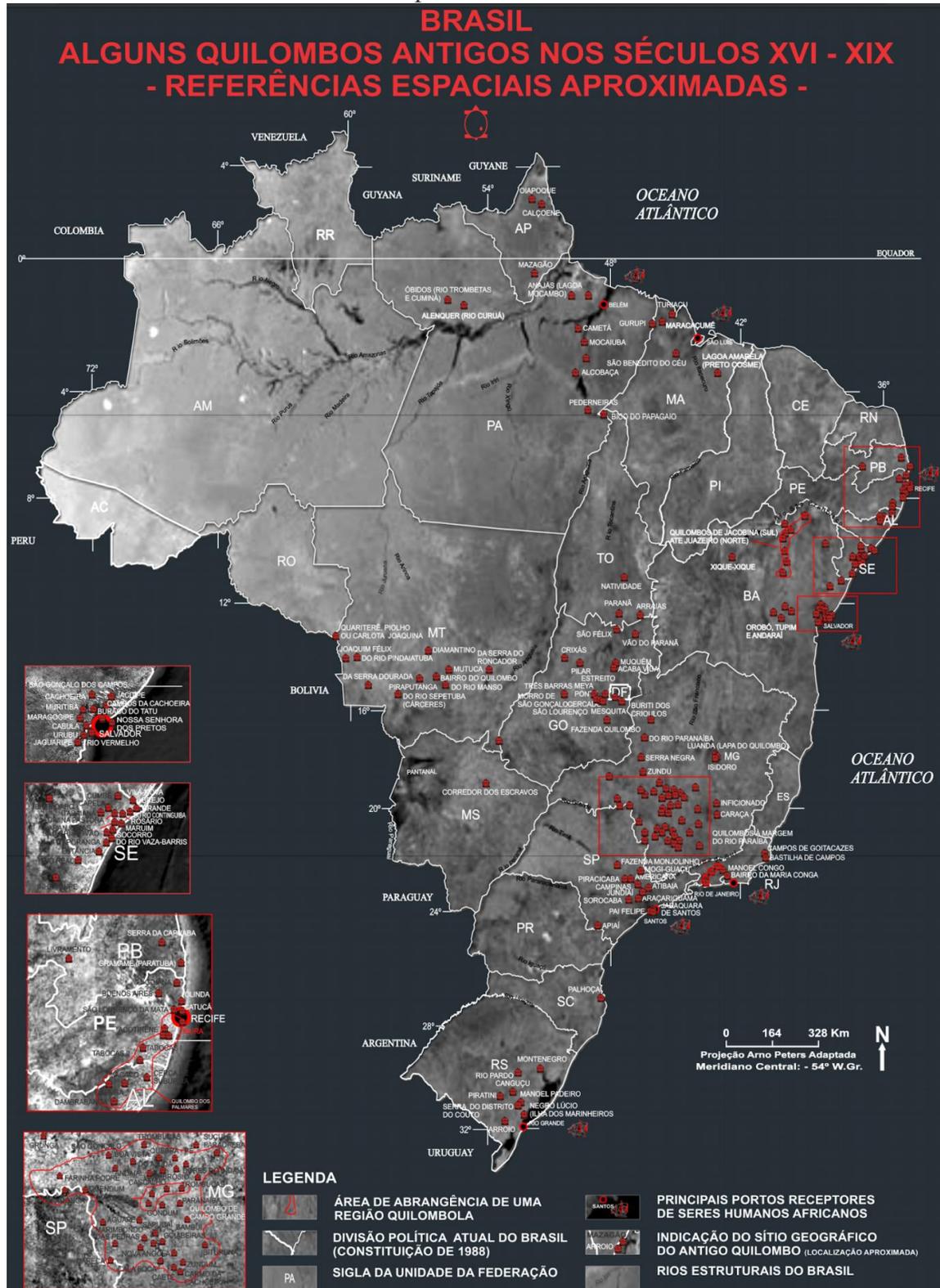
Fonte: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA - UNB, 2009).

Para combater os espaços de liberdade (os quilombos) dos escravizados que conseguiam fugir das fazendas de trabalho forçado, foi criado o Conselho Ultramarino Português, fundado em 1642, para centralização da administração colonial, sendo o órgão supremo desta administração até a extinção do regime colonial (extinto por Decreto em 30/08/1833). O Conselho Ultramarino, para combater os quilombolas, pôs nas posturas legislativas das capitanias brasileiras o significado de quilombo como sendo “toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (Conselho Ultramarino Português *apud* LEITE, 1999, p. 127). Aqui se estabelece o quão importante para época era o controle de negros fugidos ou livres, pois insere-se a população quilombola em uma única categoria, sendo ela a de “ladrões”, facilitando a repressão, inferiorizando com o adjetivo toda uma luta por direitos.

A visão simplificada imposta pela administração colonial sobre os quilombos da época mostram o medo em relação a organização quilombola. Com a queda de Palmares em 1694 houve a ascensão de diversos outros quilombos na geografia brasileira, como traz Beatriz Nascimento, sendo alguns deles, o Quilombo de Papa-méis e o Quilombo de Camonga, ambos em Alagoas; o Quilombo de Sergipe, no estado de mesmo nome; e o

Quilombo Grande, em Minas Gerais, além de muitos outros que surgiram concomitante ou depois destes (Mapa 7).

Mapa 7: Brasil: alguns quilombos antigos nos séculos XVI – XIX – referências espaciais aproximadas.



Os quilombos são os primeiros movimentos negros organizados no Brasil, sendo este um movimento negro organizado no período colonial contra a escravidão dentro de um sistema sem direitos. Cabe aqui salientar a definição de Movimento Negro, de todas as épocas, trazida por Rufino Santos e Wilson Barbosa:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS; BARBOSA, 1994, 157)

O significado de movimento negro nos permite compreender os diferentes meios pelos quais se luta pela aceitação da ancestralidade negra, de poesia à autodefesa tudo é movimento negro quando se faz por negros para negros, e conseqüentemente para a sociedade, empática, que se torna mais sensível às lutas sociais e étnica.

Uma das lutas do movimento negro atual constitui-se no direito ao reconhecimento de sua moradia ancestral, reivindicando um “dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação.” (LEITE, 2008, p. 968). Esta luta começou com os movimentos dos anos 1970 - 1980 e levou ao Artigo 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”. Conforme Abdias de Nascimento,

O quilombismo busca o presente e o futuro e atua por um mundo melhor para os africanos nas Américas, reconhecendo que esta luta não pode se separar da libertação dos povos indígenas também igualmente vítimas de racismo e da destruição desumana. (NASCIMENTO, 1991, p. 21 - 26, apud. LEITE, 1999, p. 139)⁵

Antes deste fato, nunca na história do pós Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, até a Promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, foi juridicamente reconhecida ou feita menção à organização quilombola no país como um

⁵ NASCIMENTO, A. O Quilombismo. In: CARTA; falas, reflexões, memórias. **Informe**. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991.

sistema de direitos. Ainda assim, somente com o Decreto número 4.887, de 20 de novembro de 2003, marco normativo, que no art. 2º reconhece as comunidades de quilombos como: “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Quinze anos após a primeira menção ao direito à terra, é que se regulamenta sobre quais parâmetros e procedimentos serão reconhecidas as comunidades quilombolas, permitindo sua delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Conforme Ilka Leite,

(...) é a partir desse avanço que os legisladores concebem o âmbito normativo do artigo 68, transcendendo o próprio texto constitucional e alcançando desde um decreto-lei a dimensão unitária dos valores que regem a Constituição, que **concebe o País como pluriétnico e multicultural**. É o Decreto n. 4.887 que dá o passo interpretativo importante de desessencializar as práticas socioculturais negras em sua virtualidade política como marca de distintividade. (LEITE, 2008, p. 971, grifos da autora)

Aqui está mais uma prova da burocratização das leis quando se trata de reparações históricas. Demorou quinze anos para que o estado aceitasse tudo que significa titular uma terra quilombola, aceitar o essencial as questão de cultura e direito a terra.

Para entender o processo de formação de quilombos também devemos entender a Lei de Terras (Lei nº601), de setembro de 1850, e a “política” de embranquecimento, que foram fatores determinantes para negar o acesso a terra para a população negra que se fazia presente no Brasil. A Lei de Terras determinou que somente quem tivesse como comprar a terra, com dinheiro, poderia ser dono de uma, já, com relação à ideia de supremacia racial que reinava na época pós-escravidão, o negro não era visto como um cidadão, então a império brasileiro queria embranquecer a população, trazendo imigrantes europeus para o país, como o incentivo de terras para cultivar a trabalhar. Sendo, podemos considerar que, estas manobras de segregação foram fomentadores da formação de quilombos no Brasil.

A facilidade - primeiro pela colônia brasileira e depois pelo Brasil republicano - de concessão de terra aos descendentes de europeus, principalmente aos imigrantes italianos no período de 1874 e 1889 (IOTTI, 2010, p.10), teve como objetivo promover a busca por parte destes imigrantes na ideia de ocupar as terras brasileiras e embranquecer a população invisibilizando a história negra do país. O resultado foi que “de 1867 a 1887, a média anual

da entrada de imigrantes foi de 30.000, e de 1888 a 1900 essa média situou-se em torno de 100.000” (Manfroí, 1975, p. 44 *apud* IOTTI, 2010, p.10)⁶.

O processo de imigração europeia ocorria concomitante ao processo, lento, de abolição da escravidão. Entretanto, enquanto aos imigrantes europeus era proporcionado trabalho de mão-de-obra livre em troca de concessão de terras, aos ex-escravizados negou-se esta possibilidade; e no momento de subsistir (em um pedaço de terra), suas ações são criminalizadas. Nesse sentido, Pereira (2019) relembra que as políticas de higienização e modernização das cidades, que vão dos séculos XIX a XX, serviram para segregar os negros dos espaços privilegiados; todos os projetos de processos, de alteração de legislação, acerca da propriedade da terra e mercantilização do solo foram pensando durante o processo da mão de obra escrava para a livre. O mesmo aconteceu com a produção do espaço urbano, onde as políticas habitacionais reforçaram a segregação sócio-espacial na produção de habitação de interesse social, restringindo a ocupação negra e pobre nas periferias e privilegiando a ocupação de áreas centrais as pessoas com maior poder aquisitivo.

Nos períodos colonial, imperial e republicano do país as injustiças sociais/étnicas foram inúmeras. As leis e decretos que regulamentavam o “serviço de povoamento do solo nacional” (IOTTI, 2010, p.14) para a imigração e colonização não estabeleciam normativas sobre as apropriações de terras pelos ex-escravizados, isso porque o estado não estava preocupado em conceder terras à população negra - aqui está o cerne do racismo estrutural -, mas sim preocupado em trazer pessoas brancas para o Brasil. Há estimativas de que, “o tempo necessário para a extinção do negro em terra *brasilis* oscilava entre 50 a 200 anos. Essas previsões eram difundidas, inclusive, nos documentos oficiais do governo, como, por exemplo, no censo de 1920.” (Domingues, 2002, p. 566).

A formação de quilombos aparece como uma alternativa frente a falta de concessão de terras estabelecida pelo Estado brasileiro após o final da escravatura, ocorrendo em regiões negadas pela elite da época, como encostas de morros e áreas de inundação. A geografia histórica apresentada sobre os quilombos do Brasil, em sua expansão territorial (mapa 7, acima), aponta processos de resistência e sustentabilidade, articulações políticas em diversas dimensões e a representação de uma cultura e identidade ressignificadas da diáspora africana,

⁶ MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção 'identidade' que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. **Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença.** (HALL, 1996, p. 75, grifos da autora)

Quatrocentos e trinta e oito anos (de 1550 a 1988) de injustiça com a população negra foram modificadas, ao menos no papel, com o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, fornecendo o direito à terra, estimulando a consolidação e reconhecimento da cultura quilombola na sociedade brasileira. Mas o processo de cidadania somente foi reconhecido em 2003 (quinze anos depois do art. 68/1988) e segue incompleto: diversos quilombos ainda continuam sem o título de suas terras, sem políticas públicas mais eficientes em seus bairros e proximidades, mesmo que, como aponta Ilka Leite, “As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado.” (LEITE, 2008, p. 969).

6.2. GEOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS E DOS DIREITOS

Para compreendermos a diversidade de geografias dos territórios que compõem um espaço, precisamos falar sobre a quinta dimensão do espaço banal, que é “o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; (...) o espaço de todos os homens, não importam as suas diferenças; o (...) o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; (...) o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder.” (SANTOS, 1996, p. 9). Sendo este o espaço das coisas e dos sujeitos, podemos compreender que o território faz parte do físico, o espaço concreto de construções, e o simbólico, o corpo e cultura dos homens.

Para Milton Santos a corporeidade é inserida neste contexto, “o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender” (SANTOS, 2014, p. 314), o simbólico que se une às coisas que formam a materialidade, neste sentido o corpo torna-se um território. A quinta dimensão de Milton Santos (2014) permite dialogar com a questão do espaço do cidadão nas cidades, sobre as resistências, sendo a ação conjunta dos homens e das instituições formando a vida comunitária no espaço e no tempo. São as horizontalidade e verticalidades (SANTOS, 2014, p. 281-288); no primeiro, são as

relações dos grupos humanos com o lugar sem descontinuidade, no segundo, as homogeneizações globais transformando a cultura formando descontinuidades.

O cotidiano está inserido no território, e os territórios são múltiplos, diversos e complexos, assim como a abordagem geográfica sobre este conceito que permeia a geografia. Território, na geografia clássica, é aquela delimitação do espaço físico, mas, como tudo, nada é estável para sempre, nem os conceitos mais consagrados são verdades universal. Com o crescente desbravamento da geografia cultural, desde a década de 1980, para compreender a importância das vivências dos homens na natureza e no social e o que estas experiências significam em suas vidas, que o território passa a ser inserido em outras categorias, sai dos limites espaciais e da política/poder, e entra numa geografia dos sentimentos e dos símbolos atribuídos aos lugares; então o território passa a ganhar os significados dos indivíduos.

Com a inserção da cultura nas análises do território, e com o conceito de território se abrindo para o indivíduo, entendendo o espaço a partir de onde o corpo está alocado, surge um novo viés de análise, o *Corpo-Território*, que passou a ser incorporado à geografia como sendo o território dos sentidos, a construção cultural, como trás Oliveira (2007 *apud* Miranda, 2014). O corpo deve ser interpretado como um território que dá significado para as coisas e as interpreta, ao mesmo tempo em que sofre este processo: é significado e interpretado.

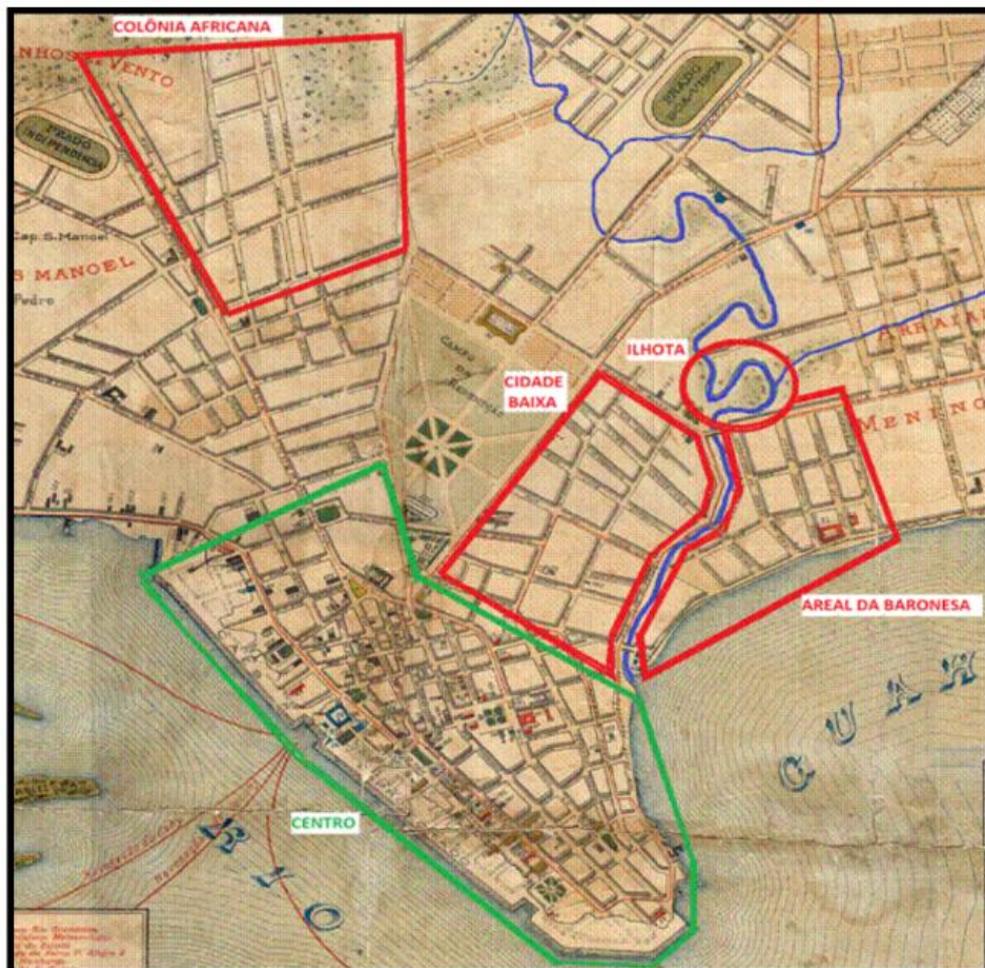
O corpo torna-se um território porque através dele as coisas de natureza ambiental ou social passam a ter significados, e estes significados dados às coisas e as ações se enraízam no corpo, fazendo dele um território de saberes. Por estas características culturais o corpo não pode ser interpretado como um organismo somente biológico, o corpo-território propicia

(...)ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. O corpo é o lugar zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define o outro, seja coisa ou pessoa. “O corpo serve-nos de bússola, meio de orientação com referência aos outros. Quanto mais livre sente-se um corpo, maior o alcance desse poder de orientar-se por si mesmo, por seus próprios padrões” (SODRÉ, 2003, p. 135). (...) Essa visão possibilita que grupos subalternizados consigam se dá conta de que os padrões engendrados pelo sistema dominante coordenam as suas ações corporais. Determina a sua forma de agir, de se relacionar com o outro, posto que o corpo assimila regras e normas condizentes com o que é instaurado de “cima para baixo” (...)” (MIRANDA, 2014, p. 69-70),

A partir do momento que o corpo-território torna-se uma dimensão de estudo conseguimos fazer algumas analogias; se para os lugares existe topofilia (Tuan, 1980), que é o sentimento de pertencimento ao local, e topofobia (SOUZA, 2013), o sentimento de rejeição aos lugares e paisagens; para os corpos existe a aceitação ou a repulsa. Neste sentido podemos compreender o motivo pelo qual os negros no período pós-abolição da escravatura se mantinham em regiões mais afastadas dos centros urbanos, protegidos por barreiras naturais; seus corpos naquela época representavam repulsa diante da sociedade, provavelmente pela supremacia racial do branco e às políticas de vantagens para os imigrantes europeus.

Os territórios negros de Porto Alegre são exemplos disso, a antiga Ilhota e o Areal da Baronesa eram protegidos pelas áreas mais baixas de Porto Alegre, se localizavam na planície de inundação do arroio Dilúvio, até a canalização do mesmo entre 1940 e 1960 e, tem-se também a Colônia Africana que era circundada por morros da região (Mapa 8).

Mapa 8: Mapa de localização dos Territórios Negros Urbanos no final do séc. XIX.



Fonte: BOHRER, 2011, p. 127.

Estas áreas alagadiças e de difícil acesso eram zonas que as elites não queriam se apropriar; após a canalização do arroio estas áreas da cidade começaram a serem vistas com outros olhos, a criação de centralidades favoreceu a segregação das populações que moravam ali para áreas mais distantes do centro já consolidado e o em formação. Esta expulsão dos centros da cidade se justifica, também, por como a sociedade encarava à desigualdade social e a presença do corpo negro, como morador, nas áreas centrais da cidade. Os corpos e seus modos de vida eram vistos com desprezo, a fobia em relação a cor se fazia presente, “resultando em uma interpretação pejorativa da presença da população negra na cidade de Porto Alegre. Qualificativos como ‘primitiva’, ‘pitoresca’, ‘temida’, ‘famigerada’ (...) entrecruzam a descrição de seus ‘humildes moradores’ (...)” (BOHRER, 2011, p. 122).

Este processo de segregação da população negra é histórica na cidade de Porto Alegre, não se concentrou somente até o meio do século XX, mas sim perdura até hoje com o que conhecemos por especulação imobiliária, que retira as pessoas dos locais que lhes são familiares para ali fazerem um empreendimento que, talvez, um determinado tempo, seja lucrativo. As comunidades negras, do século passado, que foram colocadas em outros lugares da cidade, não podiam resistir a esse remanejamento porque as leis, mesmo que burocráticas e incompletas, não estavam do seu lado. Na época não existiam ferramentas legais para que pudessem se manter no território que conheciam. Hoje, com o Art. 68/88 e o decreto 4.887/03, colaboram na luta pela permanência das comunidades negras, quilombolas, no território onde estão. Esta busca de direitos é um processo de valorização da vida, sua permanência torna-se uma luta contra à circulação de dinheiro que expulsa as pessoas do conhecido para o desconhecido.

A formação do Quilombo dos Alpes, de acordo com o áudio da matriarca, Edwiges, não passou pela rejeição e pelo racismo escancarado que as territorialidades negras, situadas nos centros mais populosos, tiveram que presenciar. Mas está presente, legalmente, na busca pela permanência em seu território de direito, no território que foi formado por uma mulher em condições de ex-escravização e reconhece os direitos de moradia no local.

O bairro Glória, onde se localiza o Quilombo do Alpes teve sua expansão mais acentuada por volta de 1935, com a chegada do abastecimento de água. Quando Edwiges chegou ao local era natureza “Tinha um capão do mato, um capão grande. Tudo, tudo, tudo era mato, vinha até aqui e era um medo só” (Edwiges Garcia, 1993). O Quilombo dos Alpes existe, por causa do corpo-território de Edwiges, muito antes do bairro Glória (que

teve sua primeira delimitação oficial em 1959⁷), estima-se que a sua chegada tenha ocorrido no início da década de 1900. Aos 13/14 anos, Edwirges e o companheiro fugiram da fazenda que trabalhavam, provavelmente por comida e cama, para se territorializarem em um local considerado seguro, para as vivências do corpo de Edwirges o lugar se mostrou tão seguro que ela viveu até 1997, ano em que faleceu, exatamente no mesmo território. Segundo sua neta, Edwirges

Chegou lá muito nova, acho que, acredito que no século XIX beirando pro século XX. Quando chega lá né, se instala nos Alpes, mas antes da chegada dela... contava em vida pra nós quando criança que veio fugida, de um local, de uma granja, uma fazenda... Que a escravidão já havia acabado mas pelo jeito que contava ainda vivia de trabalhos forçados. Então, já tinha um companheiro nessa fazenda, ela. A gente acredita que devia ter 13, 14 anos. E na lida do campo o companheiro quebrou a guampa do boi e com medo do castigo... fugiram! E caminharam por dias e noites, não sei se levou mais que uma semana caminhando sem parar e chegaram até os Alpes foi onde se instalaram lá. Então a gente sempre diz que quando ela chega nos Alpes, ela mesmo contava em vida pra nós que nada tinha, tinha bicho, tinha mata, mas não tinha moradores. Então foram os primeiros né... a habitar ali naquela região ali é onde a gente tá instalado hoje! E chegando ali, construíram uma casa, uma cabana de taquara e vassoura braba... ela dizia! Inclusive na área lá é bem extensa essa vassoura. (Rosângela Ellias, 2017)

Abordar o território, principalmente o Corpo-Território, negro do Quilombo dos Alpes é a oportunidade de refletirmos a existência de um território que se molda no espaço em que está inserido também através do tempo; é a evidência do espaço vivido por corpos e ideologias. Território repleto de significados, de cultura e de oralidades; é um espaço constituído de poder, para Miranda (2014, p.67) “A relação das populações negras com o espaço abarca um estilo de vida particular, uma atmosfera marcada pela multiplicidade, pela diversidade, constituindo-se um conjunto de valores contrários à formação social imposta pelos grupos dominantes, os quais ainda tentam perpetuar a hierarquia do período escravocrata.”

O cotidiano estabelecido por Edwirges no passado remete a seus descendentes a força de uma mulher que trabalhou muito, lutou sozinha para criar os filhos e se manter no território que sentia que era seguro para as crianças,

eu vinha do serviço, lavava o vestido, botava a secá, ou se não enxugava no fogo, pra retorná no outro dia, ia trabalha bem limpa. Eu rolei muito nesse mato... não tinha nem fogão pra cozinha... comprei duas, três latinhas pra fazê um fogueiro

⁷ Criado oficialmente pela lei n.º 2.002 em 12/07/1959 e teve seus limites alterados em 1963. Popularmente, é mais amplo que seus limites oficiais, estendendo-se para os bairros Cascata, Coronel Aparício Borges e Medianeira, bairros surgidos do desdobramento do antigo arraial da Glória. (PORTO ALEGRE, s.d., p.39).

ali no meio do mato, não tinha panela... Andava rolando, rolando mesmo, nunca vi pessoa assim... quem dizê o que eu era e o que eu sô. (Edwirges, 1993).

O corpo-território e a materialidade de seu cotidiano, que existe a mais de cento e dezenove anos no Quilombo dos Alpes, serão apresentados no capítulo da discussão dos dados, os trechos acima se apresentavam necessários para que pudesse ser feito o entendimento da escolha do conceito para análise deste trabalho. A análise acima reforça que para se “compreender a situação atual dos descendentes de africanos (...) é crucial o entendimento de como foram percebidos e tratados pelos demais grupos” (LEITE, 2008, p. 967), pois o isolamento de Edwirges se justifica nessa dificuldade da sociedade em aceitar o corpo negro livre.

Acredita-se que para a comunidade do Quilombo dos Alpes a retomada do território é em relação ao espaço urbano, sendo a permanência e o reconhecimento da presença quilombola na ocupação e uso da cidade, há moldando em relação a sua cultura (religião, ritmos, danças, culinária). Para isso, a comunidade munuiu-se de informação, entendendo que a cidade também era um direito deles, apesar das negligências do Estado nas políticas públicas. Contudo, o direito à cidade não se estabelece somente em infraestrutura, necessária para o bem viver, mas também no ganho de cidadania, de saber onde ir buscar seus direitos; é desta forma que acontece a reinvenção do ser, em que o corpo passa a conhecer um novo patamar que antes lhe era negado. Quando há a compreensão de que somos agentes do meio, a cidade e os direitos passam a ter outro significado,

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74)

Este processo começa para a comunidade do Alpes antes de 2005. Mas é a partir deste ano que eles se modificam e mudam a cidade ao se autodeclarar quilombolas junto a Fundação Cultural Palmares.

Segundo dados do IBGE (2016) a representatividade de ancestralidade negra no Brasil chegou em 2016 a 54,9% da população, sendo 46,7% de pardos e 8,2% de negros totalizando um contingente populacional de 112,7 milhões de pessoas, de um total de 205,5 milhões de brasileiros no mesmo ano. O levantamento foi realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) e destoa dos demais, uma vez que até

o Censo Demográfico de 2010 a população branca ultrapassava a negra em 4,6%. Conforme Maria Lucia Vieira, gerente da pesquisa, esta mudança

decorre de dois fatores principais: “Há a tendência da miscigenação, ou seja, que a população se misture e o grupo pardo cresça. E, no caso do aumento da autodeclaração de pretos, tem um fator a mais: o reconhecimento da população negra em relação à própria cor, que faz mais pessoas se identificarem como pretas”. (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, 2017)

Como estamos abordando o direito à cidade, a indagação parece pertinente: quanto deste contingente de pessoas negras que fazem parte do país tem casa própria? Estão em uma área segura? Estão próximos dos equipamentos urbanos essenciais (educação, saúde, lazer)? A segregação de populações pobres é histórica, como pode-se observar nesta monografia. No período pós escravidão aos negros, pardos e outras etnias pobres não lhes foi permitido nada, nem políticas assistenciais,

A questão da escravidão é uma marca histórica. Durante esse período, os negros não tinham nem a condição de humanidade. E, pós-abolição, não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira. Mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional. (FERNANDES, 2018, apud. MARLI; GOMES, 2018, s.p.)⁸

Então, o reconhecer-se quilombola é reconhecer-se um sujeito de direito a uma área segura para moradia, de direito a lazer e educação próximos. Mas não somente de direitos as estruturas físicas dos lugares: também como agentes modeladores do espaço/cidade, onde em seu território eles podem fazer o que o sistema imperativo do capital muitas vezes não permite, como a preservação da natureza - são 58,2 hectares preservados no Quilombo dos Alpes - e a manifestação cultural livre de preconceitos. Território é, “no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaço concreto” (SOUZA, 2013, p. 96).

Entende-se que a construção de um território se dá pelas dinâmicas de uso, e no momento em que se dá significado para o uso, temos a territorialidade. Desta ideia, das relações que acontecem no espaço, é que partimos para o entendimento do direito à cidade a partir do processo de territorialização do indivíduo. A territorialidade (relações simbólicas) permite que o indivíduo, ou coletivo, se identifique com o espaço em que está, gerando cultura, de forma que “para eles, assim, “perder seu território” significa, efetivamente, em mais de um sentido, “desaparecer” (...)” (HAESBAERT, 2014, p. 60).

⁸ Otair Fernandes, doutor em Ciências Sociais e coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Leafro/UFRRJ).

7. METODOLOGIA

Para apuração das entrevistas e discussão das narrativas utilizou-se a análise de discurso para a metodologia de Análise Qualitativa. Michel Pêcheux (*apud* CAREGNATO; MUTTI, 2006) aborda a Análise de Discurso como sendo o discurso entre linguagem/sujeito/história ou linguagem/ideologia; então, articula-se a linguagem com o social e o histórico, sendo a linguagem a forma material da ideologia.

A metodologia de análise qualitativa, por sua vez, proporciona o entendimento das informações que envolvem o uso da linguagem para compreender representações simbólicas produzidos pelos conhecimentos da oralidade. Sendo, este método, o “conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos” (HEIDRICH, 2016, p. 22). Ao aplicar na análise da escuta das entrevistas estas considerações, buscou-se entender os sentidos dos discurso que estavam sendo ouvidos, isso é, os sentidos que os sujeitos das entrevistas manifestavam sobre seu lugar de fala.

O enfoque da posição discursiva legitima socialmente a união da história - no caso específico do nosso discurso, do corpo e do território - e da ideologia, produzindo sentidos. “Ao tomar como objeto o discurso entende-se “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.” (GILL, 2002 p. 244 *apud*. CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680)⁹.

7.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

7.1.1. ESCOLHA DO TEMA E DELIMITAÇÃO DOS OBJETIVOS

O tema de pesquisa se valoriza na tentativa de compreender as experiências espaciais das memórias e as expressões de territorialidade do Quilombo dos Alpes a partir de três gerações de mulheres. O mesmo foi escolhido por causa dos conhecimentos territoriais e dos esforços pela permanência na terra evidenciados na entrevista realizada com Edwirges Garcia em 1993.

⁹ GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 244 - 270.

Com a escuta do áudio fica evidente a importância dos significados do lugar contados pela voz de uma mulher negra em vulnerabilidade, que se moveu para o mais longe que conseguiu por medo. A partir disto, delimitou-se o objetivo específico de “Analisar a narrativa da presença quilombola e da afirmação territorial no Quilombo dos Alpes”, retirando dos áudios os usos e sentidos estabelecidos por Edwirges em relação ao quilombo.

Ao ouvir as declarações do áudio, principalmente quando Edwirges fala que teve que comprar um terreno para estar ali, notou-se a necessidade de avançar na história do Quilombo dos Alpes. Por isso foi formulado o segundo objetivo específico: “Discutir o direito à terra urbana e retomada do território através dos processos vividos da comunidade Quilombo dos Alpes.”, para o qual utilizou-se uma narrativa de 2017 de Rosangela Ellias e Karina Ellias (netas de Edwirges) sobre as resistências e as vitórias da comunidade enquanto Associação Quilombola Dona Edwirges, feita na disciplina de Encontro dos Saberes (UFRGS) na qual me fazia presente enquanto aluna ouvinte.

A narrativa de entrevista da Dona Jane (filha de Edwirges) entrou para a pesquisa no momento em que o NEGA foi entrevistá-la para elaboração de uma árvore genealógica em novembro de 2019, na qual estive presente como parte da equipe entrevistadora. Na entrevista, à medida em que ela conta sobre as pessoas de sua família, também fala sobre as resiliências da mãe e como era sua infância com ela, parte que não poderia ficar fora deste trabalho.

7.1.2. ANÁLISE DOS DADOS: CRIAÇÃO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para este trabalho foi realizado uma análise de pesquisa qualitativa dos discursos das três gerações territorializadas no Quilombo dos Alpes. As entrevistas em pesquisa remontam as histórias de vida, pois permitem ao sujeito do discurso remontar

sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela[s] geralmente acontece à libertação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confidência. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (MINAYO, 1994, p. 59).

Para a análise das entrevistas trabalhou-se com categorias, pois estas nos permitem elencar classificações nas falas permitindo “agrupar elementos, idéias ou expressões em

torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (MINAYO, 1994, p. 70). As categorias estabelecidas neste trabalho foram pensadas de modo que colaborassem para responder às questões sobre as experiências espaciais de territorialidade.

Buscou-se, à medida que as histórias iam sendo contadas, elencar grandes grupos de análise que correspondessem às discussões trazidas por estas mulheres. Como resultado disto, foram elaboradas duas categorias. No áudio de Edwirges (1993) estabeleceu-se elementos que contavam a história do território e sua territorialização; no áudio da Jane (2019), os medos, resiliências e força da mãe foram reafirmados; e no áudio de Rosângela e Karina (2017) foram encontradas todas as marcas das gerações anteriores - a história e as resistências no território - além do direito à cidade nas experiências das reivindicações que a comunidade passou e passa atualmente. O quadro abaixo (Quadro 1) exemplifica o exposto acima.

Quadro 1. Mapa das categorias analisadas nos áudios.

Categorias	Palavras-chave	Onde aparece		
História do território e o corpo-território	Natureza (fauna, flora, mineral), cultivos, heranças, trabalho, deslocamentos, medos, violências (falta de alimentação), alimentação	Áudio da Edwirges, 1993.	Áudio da Jane, 2019.	Áudio da Rosângela e Karina, 2017.
Retomada do território e o Direito à Cidade	Gerações, Comunidade, auto-identificação quilombola, reivindicações, conquistas, território.			Áudio da Rosângela e Karina, 2017.

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Estas categorias, e suas palavras-chave ouvidas nos áudios, se relacionam com o processo de direito à cidade que tenta-se discutir neste trabalho através da territorialidade da vivência de três gerações de mulheres. O direito à terra que foi negado aos negros no passado e o direito à terra no presente, que por mais que esteja delimitado em leis, demora anos ou nunca chega às comunidades quilombolas. O entendimento de que o corpo é um território, no momento que não se tem terra, a dita propriedade privada dos moldes capitalistas permite pensar o corpo como um território de cultura, saberes, ancestralidades, resistências, resiliências e o território como o lugar vivido, a territorialidade. A valorização do corpo-território em relação ao direito à cidade é discutida na análise dos dados deste trabalho.

7.1.3. FASE EXPLORATÓRIA

Depois de estabelecidos os objetivos e delimitadas as categorias, buscaram-se bibliografias que colaborassem para a tentativa de responder os objetivos e versassem sobre os grupos de análise. O esquema abaixo (figura 3) corresponde a etapa de pesquisa bibliográfica e os grandes temas pesquisados para compor este trabalho.

Figura 3. Temas abordados na pesquisa bibliográfica.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Em resumo, a metodologia de construção deste trabalho se estabeleceu da seguinte forma: Primeiramente foram feitas a escuta dos áudios e a partir desses se estabeleceu a delimitação dos objetivos; depois foram separados trechos que colaborassem para a resposta dos mesmos. Em seguida se escolheu a metodologia mais adequada para a análise das narrativas, sendo a metodologia de análise qualitativa, onde deu-se a separação dos áudios por categorias. A pesquisa bibliográfica fez parte de todas as etapas do trabalho, buscando referência que auxiliassem nas inquietações advindas com a escrita e que colaborassem com as respostas dos objetivos. Por fim houve a elaboração de cartografias para espacialização das informações de localização; os projetos de autoria própria foram elaborados no Software Livre Qgis em escala variada a fim de passar a informação desejada. A escrita da monografia e análise dos resultados foram a última fase deste Trabalho de Conclusão de Curso.

8. ANÁLISE DOS DADOS

As narrativas em forma de áudios foram analisadas e transcritas de acordo com o referencial teórico selecionado para elaboração deste trabalho. A análise é apresentada de acordo com as categorias estabelecidas na metodologia, sendo elaborada, por último, uma análise conclusiva dos dados. Na primeira categoria, *História do Território e o Corpo-Território*, são expostos trechos das narrativas para auxiliar na compreensão dos conceitos de território e corpo-território na perspectiva do espaço vivido. Na segunda categoria, *Retomada do Território e o Direito à Cidade*, aparecem às considerações de quem vivencia o território na atualidade e relembra as conquistas adquiridas pela comunidade, trazendo a discussão dos conceitos de territorialização e direito à cidade (pelas leis que auxiliam as conquistas quilombolas). Como conclusão, vê-se a intersecção da análise das duas categorias, tentando entender a apropriação da sociedade e da cidade sobre o que é o Quilombo dos Alpes.

8.1 HISTÓRIA DO TERRITÓRIO E O CORPO-TERRITÓRIO

Para a análise desta categoria deve-se considerar o território (enquanto Quilombo dos Alpes, espaço físico), o corpo-território (de Edwirges Garcia, cultura) e a territorialidade (território simbólico). Aqui pretende-se desenvolver considerações sobre o primeiro objetivo específico, no sentido evidenciar como Edwirges se afirmou no Quilombo dos Alpes, a partir de conceitos da geografia.

Em 1993, Edwirges, aos 104 anos, conta em suas narrativas sobre o crescimento da cidade, evidenciando que em sua chegada, no alto do Morro da Glória, o espaço ainda não era uma área habitada do município de Porto Alegre. Na fala podemos observar a origem da estrada do Alpes e o fato de que a paisagem do bairro não é a conhecida de hoje: não havia a Igreja da Glória (que, de acordo com o levantamento *Histórias dos Bairros de Porto Alegre*, era uma pequena capela construída em 1893-1894 (PROCEMPA, sem ano)), o seminário dos padres, ou qualquer outra construção que subisse os limites da avenida Oscar Pereira em direção ao alto do morro,

Porque quando eu vim pra cá, aqui não tinha igreja, não tinha casa, não tinha nada, era tudo mato, prá mim entra cá pra dentro desse mato eu tinha que ir abrindo,

senão moiava a gente tudo, né! Ficava toda moiada do mato, não podia. E tinha só aquela estradinha assim, curtinha, pra gente entra nas casinha. Lá pra minha casinha onde eu morava, eu morava lá em cima. À igreja dos padre não tinha. (Edwirges, 1993)

A história de Edwirges se liga fortemente com a história do território, tanto enquanto Quilombo dos Alpes quanto enquanto Bairro Glória, uma vez que ela é uma observadora das mudanças espaciais ocorridas nele. Sua chegada foi por um motivo dramático, pois, apesar do fim da escravidão, alguns negros e negras que se mantinham em fazendas - pegando o exemplo de Edwirges e do companheiro - ainda podiam sofrer retaliações de castigo físico. Então a história do Alpes se inicia com a fuga pelo medo da violência, na busca por um lugar seguro para morar. Como relata, “era tudo coberto de mato, aí eu peguei e tratei (...) cheguei aqui não tinha casa, não tinha, ninguém morava aqui, só eu, sozinha. Aí eu disse assim: o que que eu vim fazê no meio desse mato? Esperando nenê, fiquei.” (Edwirges, 1993).

No momento em que Edwirges resolve permanecer, a territorialidade começa a surgir através do território físico. Para Haesbaert (2014), na dimensão simbólica, o território está ligado a territorialidade no sentido da imaterialidade, como uma concepção distinta do território, que seria puramente material, sendo esta territorialidade a condição para a existência do território. Edwirges teve de passar pelo processo de conhecer onde estava morando, para chegar nos objetivos da territorialização de funcionalidade e identidade (HAESBAERT, 2014), ligadas ao ser. Ela encontrou abrigo, segurança, recursos materiais, identificou as fronteiras espaciais e se fortaleceu enquanto indivíduo. Teve todos os seus filhos na mata - fez os partos sozinha; ficou “livre” do companheiro que não a ajudava no sustento das crianças; procurou trabalho e do território tirou as ferramentas para fazer sua casa.

No meio do mato não tinha casa, eu fiz uma casa de vassoura. Eu ganhei no meio do mato. Botei os outros tudo na rua (...) embaixo dumas árvores, pegando sombra... daí eu fiquei dentro da casinha pra ganhar ele. Foi! Aí eu ganhei solita. Pra vê os trabalho que eu passei. Sofri também. nenê nasceu, lá em cima naquele mato. Peguei eu mesmo cortei o umbigo desse meu guri. À minha mãe era (parteira), aí eu olha quando ia dá banho nas criança eu ficava ali perto olhando, né! Conheci como se arruma o umbigo de uma criança (...) aí eu peguei o meu e arrumei à mesma coisa que ela arrumo eu arrumei. Não inchou barriga, não inchou nada. (Edwirges, 1993)

O corpo-território de Edwirges, regado de cultura e ancestralidade, de simbologia e significados, fixou na terra que encontrou os saberes aprendidos com a mãe. Assim o corpo se faz território, para Oliveira (2007, *apud* Miranda, 2014), através da sua construção

cultural, onde ele torna-se territórios de sentidos, sendo assim o corpo não é somente o biológico, o funcional, ele é à ancestralidade, as marcas culturais por onde já passou, de tudo que aprendeu. Estas marcas extravasam, podendo serem absorvidas por outros, sejam corpos ou territórios.

Com as vivências da mulher, os lugares que ela denominava, alguns permanecem até à atualidade, enraizados em referências espaciais. Na fala de sua neta, podemos observar as toponímias trabalhadas por CLAVAL (2014) que são expressões cotidianas que se enraízam na sociedade ao longo do tempo, pelo conhecimento de todos de um determinado lugar e pela necessidade de se falar dele,

nada tinha, tinha bicho, tinha mata, mas não tinha moradores. Então foram os primeiros a habitar ali, naquela região, onde a gente tá instalado hoje! Chegando ali, construíram uma casa, uma cabana de taquara e vassoura braba... ela dizia! Inclusive na área lá é bem extensa essa vassoura lá.(...) a vó contava que nada tinha lá, mas tinha os bichos, inclusive uma onça né e até hoje a entrada da rua ficou marcada, tem uma placa de identificação que é “boca da onça”. (Rosangela, 2017)

Apesar de todas as adversidades do local e todos os medos por ser uma mãe, solteira, trabalhadora, Edwirges teve que se ressignificar, no isolamento, em meio a toda flora e fauna da região que escolheu para moradia. Gerações depois, entrecruzando os áudios, o questionamento de Rosangela (neta), “não sei como ela não tinha medo né, de deixar os nenê dela lá em cima... por causa da onça... (...) mas não tinha medo então, é sinal que tinha bastante fartura, não corria o risco das onça subir e pegar os nenê dela lá em cima, no topo do morro.”(Rosangela, 2017) é respondido por sua avó, “eu vou fazê lá em cima porque aí mesmo as criança ficam segura. Quando acabô, ganhei eles tudo dentro do mato.” (Edwirges, 1993).

O medo surge quando a cidade avança. Os animais têm suas prática e alimentação definidas. Dificilmente, em um ecossistema equilibrado - como era o morro do Alpes, de acordo com os áudios - a onça atacaria ela ou as crianças. Para Edwirges o medo surge com os homens, pois era dos homens que a violência acontecia. Então o corpo-território de vivências da mulher sentiu medo, ela “não tinha medo da onça, mas quando chega essa família de médico lá ela se sentiu acoada e se afastou, ficou com medo.” (Rosangela, 2017). Com se afastar ressalta-se aqui também a relação que Edwirges tinha com o território. A mesma construía, destruía e reconstruía moradias a partir de “vassouras” por todo o terreno.

Ratts e Souza nos trazem que, sobre uma perspectiva geográfica, os espaços de escolha têm “uma ligação entre as variáveis gênero, raça e espaço” (RATTS; SOUZA,

2008, p.143), sendo assim à escolha que os indivíduos fazem pelos lugares que circulam tem uma relação com seu corpo, e a liberdade que os mesmo tem no espaço. Como no senso comum o corpo feminino é mais frágil, e na época o corpo negro era inferiorizado, se locomover pelo espaço era necessário para Edwirges: a casa era de “vassoura brava”, como ela mesma chamava, para poder montar e desmontar mais facilmente para, na locomoção constante, proteger os filhos. Edwirges fez moradia em muitos pontos do território dos Alpes, que no passado, era muito maior que os 58,2 hectares “dados” pelo Estado.

O gênero, a etnia e as relações de poder estão muito ligados, principalmente quando se trata do corpo feminino e negro. Ilka Leite traz que este poder era manifestado nas percepções do outro, quando na virada do século XIX para XX onde o corpo feminino escravizado era encarado como “a trabalhadora e a reprodutora” (LEITE, 1996, p. 132 *apud*. RATTS, 2003, p. 8)¹⁰, sendo a construção social da mulher negra destinada ao trabalhos domésticos de limpar, de lavar, passar e engomar as roupas. Este estereótipo não foi diferente para Edwirges em seu processo de procura por emprego para sustento da família,

se eu lhe conta que esses meus filhos pediam comida. Eu sentada no mato assim. Não tinha o que dá. Chorava eu e chorava os filho (...) Que que eu ia fazê, né! Aí eu peguei, saí desatinada no meio do mato (...) encontrei aquele casal velho no portão, que era o Coronel Faria Corrêa e a Dona Olímpia. Aí disseram assim: ô neguinha! Eu disse: senhora. Eles disseram assim: tu não qué trabalha? Aí eu disse: eu ando procurando serviço! Ela falou e disse assim: venha cá! Aí eu fui. Ela falou: lava à casa. Entrei e lavei à casa, lavei tudo, limpei tudo, aí ela me deu parece que era cinco mil dos antigos. Foi o que ela me deu. Foi daquele que eu fui lá no armazém, subi pelo mato, pra fazê da compra comida pro filho. (Edwirges, 1993)

Jane, filha de Edwirges, relata que a mãe trabalhava de cozinheira quando ela era um bebê de colo e que depois, quando ela tinha uns 10 anos (por volta de 1960), a mãe trabalhava de lavadeira de roupas para famílias do bairro Teresópolis.

Os relatos mostram como a cor e o gênero foram, de certo modo, determinantes para a alocação de Edwirges no mercado (informal) de trabalho. A mulher negra “(...) desde o período colonial. (...) foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora” (LEITE, 1984, p. 44 *apud*. RATTS, 2003, p. 8). Edwirges fazia diariamente o trajeto de subir e descer o morro para trabalhar nos casarões mais perto da Av. Oscar Pereira, onde conseguiu os empregos de empregada doméstica (sendo dois ao todo), ficando dez anos com uma mesma família.

¹⁰ LEITE, I. B. **Antropologia da Viagem: escravos e libertos em Mimas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

Com o passar dos anos a geografia dos lugares muda. O Quilombo dos Alpes, como espaço geográfico, através de toda dinâmica de fixos e fluxo, do material e imaterial, moldaram o território desbravado por Edwirges. Em suas narrativas, a matriarca conta das diversas pessoas que se fixaram ao longo da estrada dos Alpes e foram subindo cada vez mais em direção ao topo do morro,

e foi enchendo... apareceu o primeiro... depois apareceu à mãe do que casô com à minha sobrinha lá e baixo. Aí foram fazendo casinha, tudo casinha pequena, não casa, foram roçando aqueles matinho e foram fazendo casa. Depois apareceu duas mulher ... aí sim foram abrindo à ruazinha. E os padre começaram a brigar porque ninguém queria fazê à rua, porque não tinha... ninguém tinha carroça né! Era só os padre que tinha... aí os pobre abriram, ajudaram os padre abrir até lá o portão... ficou como tá aqui assim. (Edwirges, 1993)

Nesta dinâmica de troca de saberes entre comunidade/vizinhança é que Edwirges conhece seu segundo marido, o que lhe conferiu a posse do terreno que ele comprou e os dois pagavam juntos. Por intempéries do destino seu companheiro faleceu algum tempo depois da compra e Edwirges sozinha tem que quitar à casa,

Aí fiquei eu sozinha, terminei de pagar esse terreno sozinha (...) eu pagava, tem um bocado de imposto aqui, tudo é imposto que eu paguei. Depois que ele morreu não paguei mais, não paguei mais por idade, né, me disseram: a senhora não é pra paga imposto. aí eu não paguei mais e tô aqui. (Edwirges, 1993)

Este relato originou a segunda inquietação, que foi transformada em objetivo específico, afinal como ela teve que comprar um terreno onde foi a primeira a desbravar? Então, para tentar entender à questão buscou-se bibliografia para discutir o tema, na próxima categoria de análise, o direito à terra urbana através da retomada do território.

esses anos todos eu tô aqui e ainda não me mudei pra lado nenhum. Foi por aqui que peguei essa idade toda, aqui. (...) aqui era mato. Tinha um capão do mato, um capão grande, tudo, tudo, tudo era mato, vinha até aqui, era um medo só (...) “Porque tu não fez à casa mais pra baixo?” É... no meio do mato à casa é melhor por causa das criança. Escondia mais as criança naquela casa, né! Assim, pra ninguém judiá ... na beira da estrada, na beira do caminho, na estradinha alguém ia agarrá, ia judiá deles, então eu fiz lá em cima, naquele mato... pra dormi ... deitava na porta ali e ficava. (Edwirges, 1993)

8.2 RETOMADA DO TERRITÓRIO E O DIREITO À CIDADE

Para a análise desta categoria deve-se considerar as leis que remontam o direito à terra antes negado pelo Estado (Quilombo dos Alpes enquanto espaço físico) e a identidade (da comunidade enquanto cultura). Aqui pretende-se desenvolver considerações sobre o segundo objetivo específico, no sentido evidenciar como a retomada do território só foi possível a partir de direito à terra.

Desde o processo de redemocratização os descendentes de africanos reivindicam o direito de permanecer em seus territórios para expandirem sua cultura, seu modo de ser, terem segurança alimentar, moradia e sustento; reivindicam o direito legal de reconhecimento de suas terras ocupadas e cultivadas com seus valores e especificidades. Já falamos anteriormente sobre as leis do Brasil Colonial, Imperial e Republicano que excluíram a população negra do direito a terra; e os processos de crescimento das cidades não foram acolhedores com essa população. Geográfica e historicamente eles foram expulsos dos lugares que viviam toda vez que à hierarquia da cor da pele, como traz Ilka Leite (2000), se manifestava. Então esta característica fenotípica passou a ser imbuída na comercialização da terra;

Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes “negócios”, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar. (Lovell, 1991, p. 241-362 apud. LEITE, 2000, p. 335).

O direito à cidade vem com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e decretos complementares¹¹ que regulam o direito exposto em três linhas da Constituição do Brasil. Como traz Ilka Leite (2000), o quilombo entra na atualidade brasileira com o artigo do ADCT, sendo a porta para o direito genuíno de ser reconhecido na sociedade brasileira, não apenas de serem rememorados no 20 de novembro, como trás a autora; afinal estar no folclore, estar nas comemorações de multietnicidade do Brasil não significa o acesso legítimo aos direitos. Este ato

¹¹ “Além do art. 68 do ADCT, os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 também amparam o direito quilombola na medida em que garantem o pleno exercício dos direitos culturais e sociais e consideram como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, os quais se ligam à preservação dos modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988, art. 216, II). O Decreto no 4.887/2003,13 (...) é considerado um marco normativo central para a garantia do direito quilombola.” (BRASIL, 2003, 4.887/2003, art.2º)¹⁴.” (GOMES, 2013, p. 309).

constitucional permitiu, e permite, uma discussão mais ampla a cerca de moradia e do direito à cidade; fomento nas discussões dos movimentos negros; e, nas lutas anti-racistas.

O Quilombo dos Alpes se insere neste contexto com sua luta por legalidade da terra, luta por tornar o corpo-território de Edwirges, que já está territorializado (com seis gerações) no quilombo, em título de posse. Este marco, jurídico, começa a acontecer em 2005, quando reconhecendo sua identidade quilombola a comunidade se autodeclara e organiza a Associação Quilombola Dona Edwirges. Rosangela conta em suas narrativas, respectivamente, sobre a resistência no território e o processo de auto-identificação,

Então... a gente sempre diz que foi adiante, veio os filhos, veio os outros filhos, inclusive eu sou da terceira geração da vó. E hoje em dia a gente já tá na sexta geração... seis gerações de descendentes dela. Eu sempre digo que a gente... agora ano que vem, (...) a nossa mãe que é a única viva, filha viva da vó, vai fazer 70 anos, então aumentei o 160 pra 170 anos né, de existência e resistência lá na área né! De descendências da vó Edwirges. Hoje pela soma lá tem umas cento e poucas famílias, né, tá distribuída nos dois núcleos do Quilombo. (Rosangela, 2017)

a gente continua né, existindo lá na área, e resistindo por conta do reconhecimento quando a gente se auto-identifica como comunidade quilombola, vai fazer 13 pra 14 anos que a gente se auto reconheceu! Então nesse momento a gente, como eu sempre digo, do momento que a gente se auto reconheceu como comunidade quilombola eu perdi minha identidade, minha identidade que eu digo assim, de... não de resistência... a gente continua resistindo lá, e cada vez com mais, mais força. Mas perde a identidade porque a partir daí tem todo um processo de reconhecimento que passa por todo né... estudo, pesquisa.. Então era pra nós era... pra mim mesmo era tudo novo... Mexer com documentação, mexer com leis, coisas do governo... Era o que eu sempre lutava pra tá bem longe. Inclusive de política... a partir daí eu virei uma cidadã! (Rosangela, 2017)

Esta retomada do território que a comunidade do Quilombo do Alpes faz no momento do tornar-se cidadã lhes “dá” o direito à cidade, que para Harvey (2012), é um tipo de direito humano, onde na tentativa de reconstrução da cidade a mulher, o homem, o grupo social, acaba por reconstruir a si mesmo e ao coletivo;

Daí eu que perdi uma identidade mas tô sobrevivendo, mais uma resistência né, tô conseguindo resistir e tá levando adiante, até porque o momento que a gente se autorreconhece a gente tem que todo uma documentação pra poder manter né, registrar a associação, poder encaminhar e poder reivindicar os direitos de tar levando melhorias e estrutura lá pra comunidade... Então alguém tinha que fazer e me propus a mais esse desafio, em nome de trazer melhorias, segurança, estrutura pras nossas crianças da comunidade... agora tá melhorando, a passo de tartaruga, bem devagarinho mas tá acontecendo... É tão devagar que as pessoas não conseguem nem prestar atenção que algumas coisas mudaram né, mas a gente que tá a frente ali a gente consegue perceber... Umas das conquistas lá da luta do reconhecimento foi o luz para todos que a gente conseguiu. (...) conseguimos levar a água, saneamento básico... algumas partes né, outras como disse é tudo bem devagar... e quando consegue é pela metade, é um pouquinho de cada vez... mas então é esses tipo né, de conquista e a nossa luta lá em cima. (Rosangela, 2017)

Então a consolidação da identidade com o autorreconhecimento também é a retomada do território; quando ela ganha à cidade, nos espaços urbanos, quando são ouvidas suas reivindicações. A identidade no Quilombo dos Alpes está relacionada com a preservação da natureza, a religiosidade de matriz africana, a culinária ancestral, a música, a capoeira, a luta por infraestrutura e o pensamento no direito da cidade para todos. Rosângela contou, em algumas das muitas visitas ao quilombo, que ao delimitarem a área quilombola (58,2 hectares. (INCRA, 2016)) eles quiseram manter uma pracinha dentro do território, mesmo com o INCRA falando que as praças são públicas. Ela explicou que hoje elas são públicas, mas os governos são tendenciosos, hoje o que é público amanhã pode não ser mais e delimitando na área quilombola toda a população poderia ter acesso sem discriminação (aqui ela se referiu as crianças do Alpes, para elas sempre terem direito de brincar). Isso é a identidade quilombola dos Alpes, a solidariedade, à justiça pelos espaços.

A cidade que queremos, o lugar que queremos, a identidade que construímos está ligada às relações que se estabelecem entre as pessoas e o meio, “não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos [que] desejamos.” (HARVEY, 2012, p.74), então o cuidado com o espaço reflete aquilo que fomos culturalmente ensinados, e o direito à cidade está justamente nisso, em nos apropriarmos e moldarmos a cidade a nossa cultura,

Quilombo que é um dos nossos maiores marcos... conquista! ...própria da área... serviu de muita alimentação, muitos anos quando a gente era criança. Alimentação saudável, fruta nativas própria da área, ervas, caça que é os bichos que tem lá... Hoje a gente ainda luta bastante pra preservar, são bichos assim... gambá, lagarto, tatu, bastante pássaro. Hoje já não tem toda aquela fartura que tinha uns anos atrás, quando eu era criança... com o desmatamento, o crescimento da população e o avanço no entorno das casas... então um pouco da fartura que tinha tanto da vegetação que era própria pra se alimentar e os bichos, escasseou bastante, mas ainda tem um pouco lá que a gente ainda consegue com muita luta preservar... Então a gente ainda consegue caminhar agora nesses dias quentes mesmo ainda se deparar com algumas lebre correndo lá pelo campo... que é os coelho, próprio, nativo da mata mesmo. (Rosângela, 2017)

Para isso é interessante à observação da cidade que se molda ao indivíduo/coletivo, afinal, a cidade só tem a ganhar com a luta quilombola, porque assim talvez deixe de existir o que Ilka Leite (1999) chamou de “racismo à brasileira, disfarçado, dissimulado, nada disposto a comprar uma briga por mudanças estruturais.” (LEITE, 1999, p. 125). O importante para que isso aconteça é que o conhecimento enraizado do Quilombo dos Alpes desça até à cidade; “nossos adolescente, eu faço eles descer pra cidade né, eu faço eles

transitar, faço eles ter informação” (Rosangela, 2017), assim o quilombo se apropria da cidade.

8.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

“A segregação gera o estranhamento, o não reconhecimento do outro e com isso as pessoas se tornam mais estreitas, menos tolerantes” (SOARES, 2015, sp)

Para análise final começamos com uma citação de Ilka Leite (2000) que se encaixa na junção que pretendemos, o corpo-território segregado pela cor, e o território segregado pela cidade (a que regula direitos);

(...) a segregação social se deu mais através das práticas sociais que prefiguram o quadro de mobilidade do que propriamente no imaginário social da nação. (...) Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a Abolição (1888), os negros têm sido desqualificados e os lugares em que habitam são ignorados pelo poder público ou mesmo questionados por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao estado. (LEITE, 2000, p.334)

O corpo de cor negra teve que se afastar dos centros urbanos pelo preconceito enraizado na sociedade que queria uma população de cor mais clara, que nas épocas subseqüentes a escravidão animalizava e inferiorizava o negro; o corpo feminino precisava procurar um local isolado que transmitisse segurança em uma sociedade que não respeitava o corpo feminino, ainda mais o negro. Esse conjunto de segregação foi o que formou o Quilombo dos Alpes, hoje ele se mantém pela resistência contra a especulação imobiliária da terra e a reivindicação de políticas públicas.

Edwirges imbuída de um corpo feminino e negro adquiriu simbologias que somente poderiam ser compreendidas por esse fenótipo de existir, se alocou em um território considerado seguro e ali, em um primeiro momento, despejou todo o conhecimento territorial que estava neste corpo; construiu uma casa com o que sabia, escolheu o lugar mais seguro para que crianças pudessem ficar sozinhas sem que as machucassem. Com o tempo, o corpo-território da mulher, que aprendeu com o território, ô transformou, tornou-se referência de luta, resistência, segurança alimentar e enfrentamento ao medo.

O corpo-território, simbólico e ideológico, da matriarca de seis gerações, década após década foi se afirmando como a auto-identidade de um povo. Então quando ela diz,

“eu caminhei muito! dia, noite, e quando cheguei aqui, cheguei sem os coros dos pés de baixo.”, significa muita coisa, significa as vivências de um corpo, um corpo que vem de um processo de escravização, e por não se ter nada, transcende os limites de um território no espaço para manter vivas as resistências e resiliências pelas quais seus antepassados e ela própria passou. Ao encontrar um território físico materializa nele todos os saberes ancestrais; de conhecimento da natureza, do corpo e do trabalho.

O processo realizado por Edwirges Garcia em meados de 1900 é um marco da Geografia-histórica na cidade de Porto Alegre. Sua alocação no morro da Glória faz parte do processo de como a sociedade do início do século XX se relacionava com o corpo negro e sua cultura. Podemos fazer um paralelo com os processos geográficos e históricos dos territórios negros da mesma cidade, que sofriam segregados dos centros urbanos a medida que a cidade se desenvolvia. A cor branca exigia seu direito à terra, devido ao processo de mercantilização, que “(...) atendeu aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações tidas como racialmente superiores e provenientes de áreas tidas como mais desenvolvidas.” (Ilka Leite, 2000, p. 967), a estrutura racista do Estado fazia parte da política de embranquecimento da população brasileira (que durou até metade do século passado), acarretando em desigualdades raciais.

A partir deste ponto podemos compreender o motivo de Edwirges achar que “rolava pelo mato”, porque estava embutido na ideia de cidadania que o direito à cidade era a propriedade privada, e assim podemos entender todo o esforço dela e do segundo marido para comprar um terreno. Felizmente as histórias e luta de Edwirges motivaram as gerações que se seguiram, e com a Constituição de 1988 e seus decretos, foi vista uma possibilidade de direito à cidade que antes era negada. A comunidade do Quilombo dos Alpes começa seu processo de autoconhecimento, consegue o título da Fundação Cultural Palmares, e permanece na luta pela titulação final da terra (concedida pelo INCRA). O processo de reconhecimento é um estudo antropológico, mas também histórico e geográfico, que exige entrevistas, levantamento de documentações, fotos antigas; tudo aquilo capaz de comprovar a existência da comunidade na área reivindicada. Como Rosangela traz, este processo de autoreconhecer-se é resgatar a história da família, das pessoas que vivem o espaço; acabando por levar a identidade individual à uma identidade coletiva e vice-versa, agindo de maneira retroalimentativa:

Então tem muitos anos atrás a gente não tinha o costume de fotografar, até porque era muito caro né, mesmo pra se ter uma máquina. Então entre comprar um pão ou comprar um chinelo ou um calçado ou uma roupa pra nós quando criança né, e

comprar a máquina nós ficava com a alimentação. Então quase a gente não tem registro assim, fotografia de nós pequenininho, em compensação das nossas criança tem até demais (...) Então hoje em dia até às formiga a gente tira uma foto que é pra ficar registrado! Não sabia a importância que tinha de ter foto, documentos guardados. E hoje em dia a gente ... então, é coisa que **a gente já passa pros nossos**, de preservar, de tomar cuidado, de registrar o que puder, e guardar. Fotografar né, o quanto é importante tu ter documentos, pra nós mesmo facilitou bastante a gente tinha alguns, inclusive o relato da vó em vida né, guardado... Foi o que fortaleceu né, no nosso auto reconhecimento e alguns documentos que a gente sempre temo o costume de guardar, registro né, certidão... (Rosângela, 2017, grifo da autora)

Ao tornarem o território conhecido para o Estado, a partir desse levantamento bibliográfico da comunidade, os quilombolas se projetam na cidade, ainda que a informação sobre sua existência, muitas vezes, não chegue a todos. Como questiona Karina, também neta de Edwirges, “Porto Alegre é a capital que mais tem comunidade quilombola urbana, tá gente? (...) e é incrível quando a gente vai nos espaços e o pessoal não se apropriou dessa informação” (Karina em Rosângela, 2017). Isso Marcelo Lopes (SOUZA, 2013) explica como sendo a fragilidade do poder institucional que prioriza uma representação seletiva da paisagem, invisibilizando os agentes e as práticas contidas no espaço. Esta negação do poder público em não falar sobre todas as culturas e camadas sociais gera uma (in)sensibilidade de como enxergamos os lugares, criamos e mantemos uma responsabilidade de solidariedade social.

Então, o momento que o Quilombo dos Alpes se projeta ele ganha o direito à cidade, revertendo esta lógica institucional, sendo isto a retomada do território. Seus sujeitos de ação entram nos espaços da cidade usufruem deles e contam a história centenária que os transformou no que são hoje, mostrando a identidade quilombola para a cidade, compreendendo assim que, a partir do território, a cidade lhes pertence;

Um dos motivos pelo qual a gente vem aqui (na universidade) também é esse (...) a gente também quer contribuir e quer que a nossa história seja vista mas também vista pelo nosso ponto de vista. Claro, vocês vão ter a opinião de vocês, depois de todo o encontro, mas vocês viram pessoas que moram lá falando. Não é pessoas que foram lá e trouxeram a informação, eu acho que é isso.” (Karina em Rosângela, 2017)

No fim cada um se torna um corpo-território, os saberes são aprendidos e repassados, e a cidade ao torna-se mais múltipla e diversa com a quantidade de corpos-território que sai do Quilombo dos Alpes, vive e experimenta a cidade, e nela deixa suas marcas de história, luta e conquistas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo.”
(SANTOS, 2000, sp)

Em resposta à indagação “o que é ser negro no Brasil”, do jornal Folha de São Paulo, Milton Santos responde sobre o fracasso do Brasil como Estado e instituição de poder legislativo em acabar com os olhares vesgos e ambíguos dos racistas enrustidos, que disseminam a ideia de que “feito não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo.” (SANTOS, 2000). Essa observação é uma ótima síntese da sociedade que acabou se evidenciando sutil e explicitamente nesta monografia.

Os temas: segregação espacial, territorialidades materiais e simbólicas e justiça social, se mostram cada vez mais como abordagens fundamentais para a discussão das cidades e da sociedade que estamos desenvolvendo com os corpos-territórios que moldam o espaço comum. Trazer para o debate acadêmico o corpo-território, como ele se espacializa e territorializa me parece um campo de estudo essencial na geografia, onde, observou-se, de acordo com as pesquisas bibliográficas, que o termo *corpo-território*, como junção, é pouco visto por esta ciência. Normalmente, o corpo-território é desmembrado entre corpo, simbólico, e território, material, fazendo uma junção desse para um corpo que molda o espaço sem chegar ao que se estabelece nesta monografia: o corpo-território, composto, onde o material está dentro do simbólico (e vice-versa), e o sujeito é dotado de ações que moldam o espaço pelas suas territorialidades intrínsecas permitindo também que à territorialidade do espaço o construa como cidadão.

A pesquisa aqui feita destaca um novo conceito e novas formas de aplicar a geografia. A escolha do termo corpo-território como abordagem para responder, através das narrativas da presença quilombola no espaço, sobre *as práticas e experiências espaciais das memórias e expressões de territorialidade*, foi fundamental para compreender o processo de territorialização no morro da glória, no Quilombo dos Alpes. Sem o conceito, a análise teria sido subjetiva e não se chegaria ao entendimento de que as marcas territoriais da descendência africana - quilombolas - estão no corpo do ser; pois se não estivessem ali, sendo construídas, por todos os processos culturais que os corpos passam, não seria possível se materializar em um território.

A análise da narrativa das mulheres do Quilombo dos Alpes permitiu que fosse feita a discussão sobre *o direito à terra urbana e retomada do território através dos processos vividos da comunidade*, afinal, todos conseguem identificar uma terra urbana quilombola? Todos conseguem entender seu repertório político e cultural? A discussão do direito à cidade neste trabalho permitiu que se observasse a negligência do Estado enquanto fomentador (ou não) de direitos e enquanto invisibilizador de paisagens e culturas, o que infelizmente nos faz responder as perguntas acima com “não”. Com as narrativas e com as bibliografias, observou-se que os órgãos públicos permitiram o acesso à terra às comunidades remanescentes de quilombos somente após muita luta e décadas de tramitação de processos nos quais o direito à cidade (material e simbólica) não é praticado do mesmo modo para todas as cidadãs, cidadãos e comunidades.

(...) independente disso, as comunidades quilombolas vão continuar existindo e cada vez mais a gente vê mais comunidades enfim, se apropriando da sua história e se auto reconhecendo. E é um processo que é longo, é bonito, é demorado, mas é a história de um povo, é a nossa história. E a história de comunidade quilombola é falar diretamente da questão da escravidão e o Brasil foi o último país a abolir a escravidão então é uma coisa que é bem recente, que precisa ser falado, precisa ser discutido. A gente precisa ter informação pra poder ter opinião a respeito! É isso! (Karina em Rosangela, 2017)

Considera-se ao abordar à análise de discurso, na metodologia de análise qualitativa nessa pesquisa, foi de que o Quilombo dos Alpes, territorializado no corpo-território de cada membro de sua comunidade, propicia para a cidade de Porto Alegre um conhecimento profundo; que em sensibilidades que sabem absorver histórias e paisagens, favorece a reflexão de uma outra Porto Alegre invisibilizada, mas que constrói a cidade. A geografia que estas mulheres quilombolas trazem em suas narrativas nos permitiu demonstrar, o que já compreendíamos, que a cidade com o corpo-território só tem à ganhar, tornando-se de fato um espaço multicultural e multiétnico.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

AGÊNCIA BRASIL. **População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE.** Nov. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>. Acesso em: 02 nov. 2019.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** Nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **Geosp - Espaço e Tempo** (online), v. 19, n. 2, p. 375 - 391, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102810/105686>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios Quilombolas: Geografias, Cartografias & Conflitos Institucionais. **Revista Eixo – Especial Educação, Negritude e Raça no Brasil**, v. 6, n. 2 (Especial), p. 30 – 43, nov. 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/513>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. Rede da Memória Virtual Brasileira. **O conselho Ultramarino.** 2019. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/administracao/o-conselho-ultramarino-2/>. Acesso em 18/11/2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 01 nov. 2019.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121 - 152, jul/dez 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/25348/14702>. Acesso em 02 dez. 2019.

BOURSCHEIDT, Luíz. PESQUISA-AÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL. Disponível em: https://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/educacao_musical/edmus_LBourscheidt.pdf . Acesso em 26 dez. 2019.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 15, n. 4, p. 679-684, Dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2019

CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - CIGA. **Projeto Geografia Afro-brasileira: educação e planejamento do território**. CIGA - UNB: Brasília, 2009. Disponível em: <http://ideageobaobasciga.unb.br:8080/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/a3fa5d21-06a1-4808-9072-3a07b7283f4c>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n. 01, p. 19 - 28, 2002.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Como o feminismo negro reescreve a história, segundo Patricia Hill Collins**. Entrevistadora: LIMA, Juliana Domingos de. [S.l.]: [s.l.], 21 out. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/10/21/Como-o-feminismo-negro-reescreve-a-hist%C3%B3ria-segundo-Patricia-Hill-Collins> . Acesso em 02 dez. 2019.

DOBAL, Winnie Ludmila Mathias. NARRATIVAS ESPACIAIS DO QUILOMBO DOS ALPES/ PORTO ALEGRE/ RS: instrumento de encrespamento do ensino de Geografia, na busca de uma educação territorial antirracista. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163446/001024368.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 26 dez. 2019.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2019.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. Diáspora Africana. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diaspora-africana/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. O direito quilombola e a democracia no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50, n. 199, p. 303 - 320, jul/set 2013. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/199/ril_v50_n199_p303.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. IBGE mostra as cores da desigualdade. **Agência IBGE**, mai. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 02 dez. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2003.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 68-75, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em 02 dez. 2019.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 22 nov. 2019.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 15-33. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149930/001007751.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html> . Acesso em: 26 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. População residente por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, sexo e idade. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175> . Acesso em: 02 nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Território quilombola dos Alpes é decretado de interesse social no Rio Grande do Sul**. Ago. 2016. Disponível em <http://www.incra.gov.br/noticias/territorio-quilombola-dos-alpes-e-decretado-de-interesse-social-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em 21 nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Processos abertos por região**. 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822 - 1914. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X, 2010, Santa Maria/RS. **Anais...** Santa

Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010, p. 1 - 17. Disponível em:
http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf.
 Acesso em: 02 nov. 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas e Impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965 - 977, set. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9951>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 333 - 354, 2000. Disponível em:
http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e Quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123 - 149, 1999. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0123.pdf>. Acesso em 02 dez. 2019.

MARTINS, Marcio Meireles (org.). Memórias de trabalho e não trabalho quilombola. São Leopoldo: Oikos, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. "O Negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral": os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em:
<http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Eduardo%20Miranda.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Sistemas Sociais Alternativos Organizados pelos Negros - dos Quilombos às Favelas**. Relatório narrativo final (mimeo). [S.I.: s.n.], 1985.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: ANPUR e PPGAU-UFBA, 2019.

PIREZ, Claudia; ELLIAS, Daiane, ELLIAS, Karina; BITENCOURT, Lara; RATHMANN, Marília; VIEGAS, Mateus; PENHA, Matheus; ELLIAS, Rosângela; DOBAL, Winnie. **Corporeidades e Paisagem: a cosmologia da terra no Quilombo dos Alpes/RS**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/169672> . Acesso em 26 dez. 2019.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano. **Urbano, rural, rururbano: consideração da Supervisão do Desenvolvimento Urbano .../ Supervisão de Desenvolvimento Urbano**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Comunicação. Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre - PROCEMPA. **História dos bairros de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, s.d.. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf. Acesso em: 02. dez. 2019.

RATTS, Alecsandro. Gênero, raça e espaço: trajetória de mulheres negras. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXVII, 2003, Caxambu/MG. **Anai...** Caxambu: ANPOCS, 2003, p. 1 - 20. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

RATTS, Alecsandro; SOUZA, Lorena Francisco. Raça e Gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, vol 28, n. 1, p. 143 - 156, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4907>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **e-cadernos CES** [Online], v. 07, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/417>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SANTIAGO, Emerson. Bantos (Bantus). 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/linguistica/bantos-bantus/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SANTOS, Milton de Almeida. Por uma Geografia Cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, p. 7 – 192, ago. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em 18 nov. 2019.

SANTOS, Milton de Almeida. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP – EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton de Almeida. **Ser negro no Brasil**. Mai. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Movimento negro e a crise brasileira, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Quilombos Brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 191-200, ago. 2015. ISSN 1983-7801. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (org.). **Igualdade Racial no Brasil – Reflexões no ano internacional dos Afrodescendentes**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19034. Acesso em 01 nov. 2019.

SOARES, Paulo Roberto. **O que o mapa racial do Brasil revela sobre a segregação no país.** Entrevistadores: MARIANI, Daniel, *et al.*, 16 dez. 2015. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs?fclid=IwAR0brVHg1S1PhQkBR2qLzV1sMyVL8wZGK_NfFQ7RbAvV_AnvTYR3Dvq2N4I.. Acesso em 05 dez. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1ª edição-Rio de Janeiro.** Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2005.

TRILHAS da memória. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, ano XIX, n. 194, p. 18 - 19, set. 2016.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores e Referências Afro-Brasileiras.** Saberes e Fazeres. Modos de interagir/coordenação do projeto Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

TV BRASIL. **Diáspora africana e construção do Brasil é tema do Entrelivros.** 16 abril 2014 (28min55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F9nQVL7IRsM>. Acesso em: 22 nov. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.